

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE
AO ENSINO MÉDIO**

Reformulação do Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Finanças Subsequente ao Ensino Médio apresentado ao Colegiado de Curso pela comissão nomeada pela Port. 155/PVZN - CGAB/IFRO, de 27 de junho de 2024 (2324493), composta conforme abaixo:

Prof. João Batista Teixeira de Aguiar (Presidente), SIAPE nº 1887608;
Prof. Gliciene Quintão Coimbra, SIAPE nº 3323670;
Prof. Cássia Luciana de Melo Lima, SIAPE nº 2357833;
Prof. Douglas Moro Piffer, SIAPE nº 1647495;
Prof. Joao Gabriel Ribeiro, SIAPE nº 1125938;
TAE Geliane Dornelles de Moraes, Representante DEPEX, SIAPE nº 2312706;
TAE Joelma Costa Holanda dos Santos, Pedagoga, SIAPE 2044453; e
Prof. Sérgio Francisco Loss Franzin, Representante DEPESP, SIAPE nº 1681224.

PORTO VELHO

2023

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	5
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO	5
1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	5
1.3 CORPO DIRIGENTE	5
1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
1.4.1. Histórico do Campus Porto Velho Zona Norte	9
1.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO	10
1.5.1. Missão	10
1.5.2. Visão	10
1.5.3. Valores	10
2 APRESENTAÇÃO	10
2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	11
2.2 JUSTIFICATIVA	12
2.2.1. Pesquisa de demanda	13
2.3 PÚBLICO-ALVO	14
2.3.1. Forma de ingresso	14
2.4 OBJETIVOS	15
2.4.1. Objetivo Geral	15
2.4.2. Objetivos Específicos	15
2.5 PERFIL DE EGRESSO	15
2.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO	16
3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	16
3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA	16
3.1.1. Estratégias de ensino prevista no curso	18
3.1.2. Transversalidade no currículo	19
3.1.3. Estratégias de acompanhamento pedagógico	20
3.1.4. Estratégias de flexibilização curricular	22
3.1.5. Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais	22
3.1.6. Outras atividades previstas para o curso	23
3.2 ESTRUTURA CURRICULAR	24
3.2.1 Matriz Curricular	24
3.2.2 Quadro de equivalência de disciplinas	25
3.3 AVALIAÇÃO	27
3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	28
3.3.2 Avaliação do curso	30
3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL	30
3.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	31
3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE	32
3.6.1 A inclusão educacional	32
3.6.2 Apoio ao discente	34
3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	35
3.7.1 Recursos de informática	35
3.7.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	35

	3
3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	36
3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	36
3.10 CERTIFICAÇÃO	37
3.10.1 Certificação de conclusão do curso	37
3.10.2 Certificação intermediária	37
4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO	38
4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO	38
4.2 DOCENTES PARA O CURSO	38
4.3 ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO	40
4.4 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	41
4.5 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO	42
5 GESTÃO ACADÊMICA	42
5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	43
5.2 CONSELHO DE CLASSE	43
5.3 ASSESSORAMENTO AO CURSO	43
5.3.1 Diretoria de Ensino	43
5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE	44
5.3.3 Departamento de Extensão	45
5.3.4 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação	46
5.3.5 Equipe Técnico-Pedagógica	46
6 INFRAESTRUTURA	46
6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	47
6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS	47
6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida	47
6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual	48
6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva	48
6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA	48
6.3.1 Laboratórios	48
6.4 BIBLIOTECA	48
7 TECNOLOGIA DE EaD	48
7.1 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM	49
8 BASE LEGAL	49
8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE – EMENTA DAS DISCIPLINAS	52
Módulo I	52
Módulo II	58

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

	4
Quadro 1 - Informações sobre o PIB no Brasil, na Região Norte, em Rondônia e Porto Velho	13
Quadro 2 - Matriz Curricular do curso Técnico em Finanças	25
Quadro 3 - Requisitos de formação por disciplina	38
Quadro 4 - Requisitos de formação por disciplina	41
Quadro 5 - Disciplinas e docentes que atuarão no curso	42
Quadro 6 - Eixos e dimensões formadoras	43
Quadro 7 - Titulação, experiência e área de formação	44

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Avenida Lauro Sodré, 6500, Censipam - Aeroporto

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/RO – CEP: 76.803-260

Telefones: (69) 2182-9600

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome: *Campus* Porto Velho Zona Norte

CNPJ: 10.817.343/0007-92

Endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade/UF/CEP: Porto Velho/ RO / 76.821-002

Telefones: (69) 2182-3801

E-mail: campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br

1.3 CORPO DIRIGENTE

Reitor: Moisés José Rosa Souza

Pró-Reitor de Ensino: Jean Peixoto Campos

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Xênia de Castro Barbosa

Pró-Reitora de Extensão: Marcela Regina Stein dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Elisandro de Moura Martins

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Mauro Henrique Miranda de Alcântara

Diretora-Geral do Campus: Jeferson Cardoso da Silva

Fone: (69) 2182-3800, E-mail: dg.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9098510338701121>

Diretor de Ensino: Hígor Cordeiro de Souza

Fone: (69) 2182-3800, E-mail: de.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4749193856079051>

Chefe do Departamento de Apoio ao Ensino: Ghueisa Silva Ribeiro

Fone: (69) 2182-3800, E-mail: dape.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7631185447673147>

Coordenador Curso Téc. em Finanças Subsequente ao EM: Prof. João Batista T. de Aguiar

Fone: (69) 2182-3800, E-mail: cctfinancas.pvhzonanorte@ifro.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8575663992123444>

1.4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa lei promoveu a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional.

O IFRO surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. Faz parte de uma rede centenária, com origem no Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Pelo referido decreto, foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender especialmente a filhos de trabalhadores de baixa renda.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos segmentos da sociedade, na realização de pesquisas e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação entre os setores produtivos e arranjos produtivos locais, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

As atividades do IFRO iniciaram com dois Campus, Colorado do Oeste e Ji-Paraná, no primeiro semestre de 2009. Assim teve origem essa instituição que completa, em 2022, catorze (14) anos de existência e conta com dez (10) campi – Colorado do Oeste, Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Jaru, Ariquemes, Porto Velho Zona Norte, Porto Velho Calama e Guajará-Mirim – e a Reitoria. Além dos campi físicos, o IFRO está presente

em todos os cinquenta e dois (52) municípios do estado de Rondônia e outros Estados do Brasil por meio de polos EaD. Estes são os marcos históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- a) 1993: criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993; no entanto, apenas a Escola Agrotécnica foi implantada;
- b) 2007: conversão da Escola Técnica de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia pela Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena;
- c) 2008: autorização de funcionamento da unidade de Ji-Paraná por meio da Portaria nº 707, de 09 de junho de 2008; criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela Lei nº 11.892/2008, que integrou, em uma única instituição, a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- d) 2009: início das aulas do *Campus* Ji-Paraná; primeiro curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFRO, turmas em Colorado do Oeste e Ji-Paraná;
- e) 2010: início das atividades dos *Campi* Ariquemes, Cacoal, Porto Velho Calama e Vilhena; ainda no primeiro semestre de 2010 passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no *Campus* Ji-Paraná;
- f) 2011: início das atividades do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte; oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos; Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste);
- g) 2012: ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais;
- h) 2013: início da construção da estrutura física do *Campus* Guajará-Mirim e do processo de implantação da Unidade de Educação Profissional de Jaru (UEP), vinculada ao *Campus* Ji-Paraná; instalação de 12 Polos EaD;
- i) 2014: expansão de mais 13 Polos EaD, totalizando 25 unidades. Acordo de Cooperação Acadêmica com a *Universidad Nacional de Colombia* (UNAL), possibilitando pesquisa

conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE), com possibilidade de capacitação para servidores e discentes;

- j) 2015: início das atividades do *Campus* Guajará-Mirim; Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP), ambos em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios;
- k) 2016: firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni (Bolívia), que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- l) 2017: realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do *Campus* Avançado Jaru, no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação José Mendonça Filho; início dos cursos de Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências com habilitação em Química ou Biologia (Guajará-Mirim), Bacharelado em Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte);
- m) 2018: início do curso de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, em Ariquemes;
- n) 2019: início do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ADS) em Ariquemes e do curso de Bacharel em Medicina Veterinária, em Jaru.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus campi e de sua rede. Para o ano de 2019, a configuração é esta: uma Reitoria; nove campi implantados (Guajará-Mirim, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste) e o *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé, em processo de implantação. O *Campus* Avançado São Miguel do Guaporé foi autorizado a funcionar em 28 de dezembro de 2018, por meio da Portaria nº 1429/MEC. O Projeto de implantação do referido campus é uma iniciativa para atendimento dos anseios das comunidades da região centro-oeste de Rondônia e uma alternativa fundamental para o desenvolvimento do estado. O atendimento se dará na localidade de São Miguel do Guaporé, município em crescimento e o mais populoso dessa região com aproximadamente 122.683 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

1.4.1. Histórico do Campus Porto Velho Zona Norte

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria nº1.366, de 6 de dezembro de 2010. No ano seguinte, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação com a aplicação de questionários para identificação da demanda dos arranjos produtivos locais. Os 5 (cinco) primeiros cursos ofertados pelo campus PVZN foram Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos e tiveram início em 2011, na modalidade EaD, reproduzidos em 22 (vinte e dois) polos no estado de Rondônia. Os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, e Agente Comunitário de Saúde; além dos cursos do Programa Profuncionário:¹ Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. No referido ano o Campus consta com mais de 4.000 alunos devidamente matriculados.

Em 2013, tiveram início os seguintes cursos: Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Tecnologia em Gestão Pública – na modalidade presencial - e os cursos: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças - na modalidade EaD. Neste mesmo ano, houve a mudança de categoria de campus avançado para o Campus Porto Velho Zona Norte (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013).

Gradativamente o campus ampliou o número de cursos e o quantitativo de vagas. Em 2022 são ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Técnico Concomitante e Subsequente ao Ensino Médio, Superior Tecnológico e de Licenciatura e Pós-Graduação nos níveis de Especialização e Mestrado, este último em parceria com outras instituições em todo o Brasil.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

¹ O Profuncionário é um curso a distância que visa a formação em nível médio dos funcionários de escola que estão em efetivo exercício, em uma habilitação compatível com a atividade exercida na unidade educacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/profuncionario>. Acesso em 30 nov. 2022.

1.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES DO IFRO

1.5.1. Missão

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, tem como Missão, promover educação científica e tecnológica de excelência no Estado de Rondônia voltada à formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade.

1.5.2. Visão

Tornar-se padrão de excelência no ensino, pesquisa e extensão na área de Ciência e Tecnologia.

1.5.3. Valores

Nas suas atividades, o IFRO valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito à diversidade, à transparência, à excelência e à determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão e atos consonantes com os preceitos da ética pessoal e profissional, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com os ideais de sustentabilidade social e ambiental.

2 APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) foi concebido para atender às necessidades regionais relativas à educação profissional de nível médio e superior e contribuir para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) considera os desafios na formação técnica e profissional diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional.

Ressalta-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia se constitui como uma instância reflexiva da sociedade e do mundo do trabalho como um espaço de cultura e de imaginação criativa, contribuindo com a formação de princípios éticos que norteiam a conduta humana na sociedade. Sendo assim, o Curso Técnico em Finanças pretende formar profissionais com competências e habilidades que os tornem capazes de executar atividades relativas à função de forma integrada e contextualizada.

Neste projeto pedagógico de curso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia apresenta uma visão sintética da carreira, compreendendo os seguintes aspectos: perfil, missão, contextos histórico e geográfico, objetivos, concepções e organização curricular. A proposta, na sua macro e microestrutura, deverá servir como instrumento norteador no processo de formação de técnicos, focando nas necessidades da região e nas aspirações da população local.

O IFRO entende que todos os cursos oferecidos nos diversos campi devem ser pautados na estrutura pedagógica norteada por um PPC que contemple os aspectos macros do estado de Rondônia e as especificidades de cada microrregião. Sendo assim, o PPC do curso Técnico em Finanças do IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte prevê a flexibilidade necessária na sua organização curricular para atender a diversidade e heterogeneidade dos conhecimentos prévios do discente, bem como, aqueles pertinentes às necessidades socioambientais da atualidade garantindo assim uma ampla formação em relação ao seu futuro como profissional e cidadão.

A concepção do curso tem como finalidade a formação pessoal, profissional e científica, capacitando para a reflexão e produção de novos conhecimentos e métodos. Por último, o presente documento serve como mecanismo de gerência administrativa e pedagógica do curso, contribuindo com a formação do aprender a ser, do aprender a fazer, do aprender a conhecer e do aprender a viver em sociedade.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome: Curso Técnico em Finanças

Modalidade: Subsequente ao Ensino Médio - Presencial

Área de conhecimento/eixo tecnológico: Gestão e Negócios

Carga Horária: 960 horas-aula ou 800 horas-relógio.

Turno de Funcionamento: noturno (40 vagas)

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Regime de Matrícula: Semestral

Prazo para integralização do Curso: no mínimo, dois e, no máximo, quatro semestres.

2.2 JUSTIFICATIVA

A economia do estado de Rondônia tem como principais atividades o extrativismo vegetal e mineral, a agricultura, a pecuária e a administração pública. O Produto Interno Bruto – PIB de Rondônia em 2020 foi de 51,6 bilhões, o que correspondeu a 0,70% da riqueza gerada em todo o país nesse período. O Quadro 1, a seguir, apresenta algumas informações importantes acerca do PIB no ano de 2020.

Quadro 1 - Informações sobre o PIB no Brasil, na Região Norte, em Rondônia e Porto Velho

Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações			
Ano - 2020			
Variável	Brasil, Grande Região, Unidade da Federação e Microrregião Geográfica		
Produto Interno Bruto a preços correntes	Brasil	7.609.597.000,00	Mil Reais
	Norte	478.173.049,00	Mil Reais
	Rondônia	51.598.741,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	22.351.961,00	Mil Reais
Participação do produto interno bruto a preços correntes no produto interno bruto a preços correntes do Brasil	Brasil	100,00	%
	Norte	6,28	%
	Rondônia	0,68	%
	Porto Velho (RO)	0,29	%
Valor adicionado bruto a preços correntes total	Brasil	6.594.937.000,00	Mil Reais
	Norte	426.154.208,00	Mil Reais
	Rondônia	46.238.115,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	19.952.175,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes da agropecuária	Brasil	434.621.000,00	Mil Reais
	Norte	42.094.037,00	Mil Reais
	Rondônia	6.891.412,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	1.705.662,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes da indústria	Brasil	1.484.337.000,00	Mil Reais
	Norte	137.740.479,00	Mil Reais
	Rondônia	8.285.675,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	5.270.753,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Brasil	3.529.079.000,00	Mil Reais
	Norte	144.262.069,00	Mil Reais
	Rondônia	19.060.688,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	8.377.183,00	Mil Reais
Valor adicionado bruto a preços correntes da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Brasil	1.146.900.000,00	Mil Reais
	Norte	102.057.624,00	Mil Reais
	Rondônia	12.000.339,00	Mil Reais
	Porto Velho (RO)	4.598.577,00	Mil Reais
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA			

Percebe-se que em Porto Velho encontram-se os maiores valores adicionados e percentuais de participação no PIB, quando se considera o valor total do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que existe um grande potencial econômico na capital.

Independente da atividade econômica, as organizações necessitam de profissionais com competências e habilidades técnicas e emocionais para o desenvolvimento das atividades nos diversos setores. Por sua formação generalista, o Técnico em Finanças atua diretamente nas áreas financeira, contábil, logística, estoque, marketing, recursos humanos e planejamento estratégico das organizações, sejam públicas ou privadas.

Segundo dados do IBGE, em 2020, o salário médio mensal no município de Porto Velho era de 3,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total no ano de 2020 foi de 30,1%. O índice de desenvolvimento humano (IDH) no levantamento feito em 2010 era de 0,736. Em 2020 este índice passou para 0,823 levando Porto Velho para a 10ª colocação no ranking nacional. O PIB per capita foi estimado em R\$ 36.059,00 no ano de 2020, o que coloca a cidade em 5º lugar da região norte.

Diante desse cenário, faz-se necessário a oferta de qualificação profissional pública e de qualidade, visando a formação de profissionais capacitados para o mercado de trabalho como prestadores de serviço ou empreendedores. Neste panorama tão dinâmico e, considerando que o curso Técnico em Finanças teve sua primeira turma ofertada no campus Porto Velho Zona Norte no ano de 2013 e, no decorrer dos anos percebeu-se que havia um alto índice de evasão do 2º para o 3º período é que se propõe a reformulação deste PPC, seguindo as orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2022) tornando o curso com uma matriz de 800 horas.

2.2.1. Pesquisa de demanda

Um dos objetivos da educação atual é formar indivíduos com valores morais e éticos empreendidos nos esforços diários em diferentes meios e contextos sociais. Nesse sentido, quando se discorre sobre a educação profissional, são atrelados valores de competências e habilidades técnicas para a atuação no mercado de trabalho.

O resultado apresentado pela Pesquisa de Atividade Econômica e Regional, realizada pelo IFRO, em 2012, para subsidiar a proposta de oferta de cursos técnicos, identificou, com destaque, o interesse pela formação em Administração (91%), Vendas (88%), Finanças (86%), Comunicação (84%), Informática (83%) e Gestão (81%).

2.3 PÚBLICO-ALVO

O Curso Técnico em Finanças Subsequente ao Ensino Médio destina-se aos alunos que concluíram o Ensino Médio, tanto da rede pública ou privada de ensino, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que tenham sido selecionados em processo seletivo público.

2.3.1. Forma de ingresso

O ingresso no curso dar-se-á após aprovação em processo seletivo público, regulado por edital específico para cada ingresso, ou mediante demanda exclusiva ou apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino também pública e que ofereça educação profissional, científica ou tecnológica compatível com o curso em que se pleiteia o ingresso, conforme estabelecido nas regulamentações do IFRO (Comissão Permanente de Exames - COPEX).

O quantitativo de vagas a serem ofertadas para cada ano ou semestre será indicado pela Direção-Geral do Campus ao Reitor para deliberação do Conselho Escolar e, em observância ao Plano de Desenvolvimento Institucional e aos prazos estabelecidos. Quando existirem vagas remanescentes, poderá ser realizado um processo seletivo especial, instituído pelo *Campus*, sob organização da Direção-Geral.

O ingresso por meio de apresentação de transferência expedida por outra unidade de ensino deverá seguir os trâmites previstos no Regulamento de Organização Acadêmica para os Cursos Técnicos do IFRO, considerando compatibilidade entre o projeto pedagógico do curso na instituição de origem e o do curso no *campus*, conforme a combinação dos seguintes indicadores: pertencimento dos cursos a um mesmo eixo tecnológico; similaridade de pelo menos 75% das abordagens curriculares entre as duas matrizes curriculares comparadas, a de origem e a de destino; e possibilidade de o *campus* de ingresso oferecer condições de implementação e complementação de estudos, quando necessário. Ressalta-se, ainda, que o que garante a compatibilidade e similaridade não é a nomenclatura dos componentes, mas o conteúdo abordado nas disciplinas, a carga horária de tais componentes e as práticas complementares envolvidas.

2.4 OBJETIVOS

2.4.1. Objetivo Geral

Qualificar e profissionalizar pessoas para atuar como administradores, empreendedores, com conhecimentos técnicos, eticamente e ambientalmente responsáveis, comprometidos com o bem-estar da coletividade e que saibam associar a teoria à prática, visando à sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

2.4.2. Objetivos Específicos

- 1) Formar profissionais com capacidade técnica e cidadã, aptos a conhecer e compreender os princípios da administração, com uma visão empreendedora e consciente de suas responsabilidades;
- 2) Capacitar e desenvolver competências profissionais que lhes permitam formular, discutir, analisar, selecionar e implementar estratégias de gestão de trabalho;
- 3) Possibilitar a inserção de profissionais adequadamente capacitados no mercado, assegurando a prestação de serviços de qualidade;
- 4) Identificar oportunidades para fazer da teoria uma prática viável, visando às soluções que possam melhorar e aumentar a produtividade e a competitividade.

2.5 PERFIL DE EGRESSO

O IFRO priorizará a formação de profissionais que:

- a) Constituam-se como sujeitos plenos, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional;
- b) Tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação; Atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- c) Saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com diversas culturas; sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

A partir disso, ao concluir o curso, o egresso do Curso Técnico em Finanças deverá apresentar as seguintes competências gerais da área profissional:

- d) Atitude proativa, visando suprir as necessidades logísticas dos departamentos;

- e) Habilidade para trabalhar em equipe, proporcionando um ambiente profissional saudável e harmonioso.

2.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO

Conforme previsão na 4ª edição do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (2022), o egresso tem condições que lhe permitam:

- a) Realizar operações relativas a serviços e produtos financeiros de empréstimos, financiamentos, investimentos e bancários.
- b) Elaborar e analisar fluxos de caixa e demais relatórios financeiros.
- c) Efetuar lançamentos contábeis, ordens de pagamento e de contas a pagar e receber.
- d) Analisar mercado de capitais, contratos bancários e legislações contábil, tributária, trabalhista e do consumidor.
- e) Coletar informações e elaborar orçamento empresarial.
- f) Elaborar relatórios de controle de custos, de gastos e de despesas gerais.
- g) Atuar de acordo com princípios da educação financeira organizacional e pessoal.
- h) Utilizar sistemas informatizados na execução de atividades financeiras.

3 ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Finanças está pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, previstas na Resolução 03/2018 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012). As metodologias adotadas ao longo do curso visam proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), o IFRO acredita que o Brasil só será verdadeiramente independente quando todos os seus cidadãos tiverem acesso a uma Educação de qualidade. Dessa forma, o IFRO contribui para o movimento “Todos pela Educação”, citado no texto do PNE, procurando sanar as necessidades de formação

profissional no âmbito de sua região de abrangência. Assim sendo, o Curso Técnico em Finanças visa à formação de um profissional com sustentação científica, postura ética reflexiva, qualificado para o exercício profissional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Ademais, visa-se formar um indivíduo que esteja apto a atuar profissionalmente em equipes multiprofissionais ou individualmente, na iniciativa privada ou no setor público, em grandes ou pequenos centros urbanos, com produtividade e qualidade, tendo como preocupação a relação entre o ambiente e a qualidade de vida física e intelectual dos semelhantes.

O desenvolvimento do currículo buscará metodologias de ensino cujas ações promovam aprendizagens mais significativas e sintonizadas com as exigências e objetivos do curso, o que torna necessário estabelecer uma relação intensa entre teoria e prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências que preparem os alunos para o exercício de sua profissão.

Para tanto, as disciplinas de cada período letivo representam importantes instrumentos de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptando-se às distintas realidades regionais, permitem a inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos.

A formação desse profissional será através de um processo pedagógico intencional, organizado, de organização teórico-científica, numa inter-relação entre teoria e prática, apoiada em relações democráticas aqui previstas, ficando garantida uma metodologia participativa e integradora, tais como trabalhos em grupos e aulas dialogadas.

É prioritário estabelecer a relação entre a teoria e a prática. O processo de ensino e aprendizagem, portanto, deve prever estratégias e momentos de aplicação de conceitos em experiências (pesquisas, testes, aplicações) que preparem os alunos para o exercício de sua profissão. Isso não ocorrerá apenas com o desenvolvimento do estágio ou com o trabalho de conclusão de curso; serão realizadas atividades contextualizadas e de experimentação prática ao longo de todo o processo de formação.

Para Libâneo (1994), a prática deve estar baseada na teoria para que articuladas, possam possibilitar uma prática pedagógica crítica e transformadora da realidade. A teoria e a prática são inseparáveis e fundamentais para a formação do professor, pois é a partir da

relação teoria e prática da didática que o professor poderá planejar e entender o processo de ensino-aprendizagem.

Essa visão da educação, que tem por objetivo despertar a consciência do ser humano e sua relação com o mundo que o cerca, é contemplada por intermédio das metodologias que favoreçam não apenas o saber, mas o saber pensar e o intervir.

3.1.1. Estratégias de ensino prevista no curso

O ensino é concebido como uma atividade de aplicação e não de transferência de conteúdo, e a aprendizagem, como uma construção, em vez de reprodução de conhecimentos. Nesse sentido, os alunos e os professores serão sujeitos em constante dialética, ativos nos discursos e efetivos para interferir nos processos educativos e no meio social. Caberá a cada professor definir, em plano de ensino de sua disciplina, as melhores estratégias, técnicas e recursos para o desenvolvimento educacional. De acordo com Libâneo (1994), o professor é um administrador e executor do planejamento, meio de previsão das ações a serem executadas e dos meios necessários para atingir os objetivos.

Caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. Além disso, é importante destacar as formas de acessibilidade metodológicas disponíveis. O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades de adaptação e de aprendizagem. O núcleo dispõe de ferramentas para estudo, necessárias à superação de barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena. Além do NAPNE a coordenação do curso deve estimular práticas pedagógicas entre o corpo docente e o colegiado objetivando atender aos acadêmicos que apresentarem necessidades de adaptação metodológica.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, sendo que o planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e em equipe, que incluam, entre outros: aulas expositivas/dialogadas; leitura e discussão de textos; pesquisas; estudos e trabalho em grupo; exercícios de interpretação de textos; dinâmicas de grupo; seminários temáticos; debates/discussões; elaboração de projetos de pesquisa; pesquisas

teóricas/bibliográficas; análises da legislação; visitas técnicas em instituições conveniadas e outras; estudos de caso; exposição de trabalho; leituras de artigos atuais de revistas, jornais e outros meios de comunicação para análise e condensação; exposição de filme/documentário; elaboração de fichamento; resumos de textos pré- selecionados; simulações; oficinas de aulas práticas (laboratório/workshop); portfólios; estudos dirigidos; mapas conceituais; tempestades de ideias; simpósios.

Entende-se que a prática é fundamental para que o aluno construa seu conhecimento, pois ela possibilita ao aluno potencializar a teoria e vice-versa, daí a importância de investimento em ambas. Atividades de laboratório situam o aluno em questões do cotidiano, em tempo e situações reais de aprendizagem. Também serão explorados os recursos de hipermídia, como computadores, TVs e data show, para o desenvolvimento de atividades dinâmicas, flexíveis, práticas e modernas. O uso de laboratórios permitirá mais especificidade ao trabalho e as experimentações necessárias ao curso.

As metodologias específicas serão traçadas em projetos, planos, manuais de instruções e outras formas de orientação, mas sem perder de vista os fundamentos gerais aqui expostos, embasados nos princípios da formação global, da aprendizagem significativa, das interações dialógicas e das intervenções críticas.

3.1.2. Transversalidade no currículo

Este projeto prevê, além dos componentes formadores da matriz curricular, temas exigidos pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018, que “Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio”, em especial no artigo 11, inciso VI, a serem aplicados como conteúdos transversais, ao longo do ano, por meio de ações integradoras e interdisciplinares. Os eixos a seguir contemplam desdobramentos de referência que poderão ser modificados ou suplementados na fase de seu planejamento.

- a) Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999): a Constituição e o meio ambiente; a importância da Lei de Educação Ambiental na relação com a cidadania.
- b) Estatuto dos Idosos (Lei nº 10.741/2003): processos de envelhecimento; alimentação e saúde dos idosos; serviços e ações de proteção aos idosos; garantia de prioridade; infrações e penalidades por negligência ou ofensa aos idosos; obrigações da família, escola e sociedade em relação aos idosos.

- c) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos, entidades de apoio, bem-estar; infrações e penalidades por ofensa ou negligência contra a criança e adolescente.
- d) Educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997): melhoria das relações de convivência no trânsito; segurança; organização das cidades: trânsito, veículos e pedestres; órgãos e entidades de trânsito; educação no trânsito: uso moderado dos veículos e respeito à condição do outro.
- e) Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009): alimentação e nutrição; segurança alimentar e nutricional; saúde: educação preventiva para a saúde.
- f) Educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009): respeito à diversidade e identidade dos diferentes sujeitos, quanto à religião, sexualidade, gênero, gerações e idade; reconhecimento de direitos e valores das comunidades tradicionais; educação para a convivência; respeito às pessoas com necessidades educacionais específicas.
- g) Educação das Relações Étnico-Raciais, Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, conforme estabelece a (Lei nº 10.639/2003) e (Resolução nº 1/2004) e a (Lei nº 12.343/2010): respeito à diversidade, étnica, cultural considerando pluralidade dos diferentes sujeitos, quanto às manifestações culturais das comunidades tradicionais.

3.1.3. Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes e está pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início e não poderão se restringir a um simples diagnóstico, sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso. Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando estes apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

1. Acompanhar e avaliar continuamente os processos de ensino e de aprendizagem no âmbito do curso, com levantamento de indicadores, com a finalidade de realizar as ações de intervenção pedagógica para cada caso diagnosticado;

2. Fazer as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico e responsável por alunos;
3. Solicitar, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes de cada período letivo, por disciplina, de acordo com os regulamentos específicos do nível de ensino, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
4. Fazer os planejamentos e levantamentos necessários para controlar e manter os dados acadêmicos e curriculares atualizados, visando subsidiar estudos e interpretações, com finalidades pedagógicas, profissionais e econômico-administrativas;
5. Promover reuniões periódicas com docentes, pessoal de apoio, alunos e responsáveis por alunos, para a discussão das rotinas e resultados acadêmicos, e, se necessário, promover momentos de orientação no planejamento do professor, para atender as necessidades dos alunos em sala de aula;
6. Convocar e viabilizar a realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, para tratar das problemáticas de ensino e aprendizagem;
7. Avaliar formativamente os processos de ensino e aprendizagem, bem como divulgar e discutir os resultados da avaliação;
8. Acompanhar continuamente os processos educacionais e promover as interferências necessárias para a garantia da qualidade na formação;
9. Acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem dos alunos e a prática de sala de aula e, se necessário, fornecer subsídios que permitam aos professores a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e promover reuniões para refletir e analisar os resultados da aprendizagem.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno em relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-lhe técnicas e métodos diversos para aprender. O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos núcleos especializados, a exemplo do NAPNE, que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de possibilitar o acompanhamento pedagógico ao discente.

3.1.4. Estratégias de flexibilização curricular

A matriz curricular do curso Técnico em Finanças foi construída de forma a priorizar a integração entre ciência, tecnologia e formação profissional. Assim sendo, os conteúdos poderão articular-se e serem desenvolvidos por meio de disciplinas e projetos integradores. A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode se dar de várias maneiras. Em observação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI - 2023-2027) a fim de proporcionar a flexibilidade curricular, são admitidas, conforme normativa nacional e institucional, respeitando-se as áreas e possibilidades, as seguintes estratégias:

Realização de atividades diversificadas, a exemplo de visitas técnicas, eventos científico-culturais e sociais, que complementam a formação humana e profissional dos estudantes; Desenvolvimento de projetos integradores ou eixos temáticos multi, inter e transdisciplinares, que congreguem os conteúdos comuns das disciplinas do curso; (PDI, <https://portal.ifro.edu.br/pdi-2023-2027>).

3.1.5. Estratégias de desenvolvimento de atividades não presenciais ou semipresenciais

A modalidade de atividades não presenciais objetiva criar o hábito de utilização de tecnologias de comunicação remota no ensino presencial, bem como expandir os espaços educacionais, integrando e flexibilizando momentos presenciais e a distância a fim de introduzir uma cultura de educação on-line. A oferta na modalidade semipresencial, segundo a Instrução Normativa 5/2018/REIT - PROEN/REIT em seu art. 4º menciona que “as características que justificam a oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial são: Permitir ao discente vivenciar uma modalidade que desenvolve a disciplina, a organização e a autonomia de aprendizagem, e flexibilizar os horários para estudos”.

Em consonância com a PORTARIA Nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 que regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância, bem como a Instrução Normativa 5/2018/REIT – PROEN/REIT, 20% da carga mínima do curso, não sendo incluso estágio ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da Educação a Distância, sempre que o campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária para aula não presencial ou semipresencial se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará

pelo uso de estratégias específicas, como o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2012) afirma que ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também um ambiente de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias que esta plataforma possui.

Cada plano de ensino de disciplina deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio e os elementos específicos das atividades não presenciais ou semipresenciais, os quais trarão metodologias específicas. As atividades não presenciais ou semipresenciais podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas. Os registros das atividades não presenciais ou semipresenciais seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação adotados pelo IFRO no ROA e aos requisitos de qualidade da formação em EaD.

3.1.6. Outras atividades previstas para o curso

As principais atividades previstas no processo de ensino e aprendizagem serão: aulas, que envolvem atividades teóricas e/ou práticas, presencial e não presencial; atividade de extensão, promovendo a interação transformadora entre o IFRO e a sociedade; visita técnica, visando à aquisição e transferência de conhecimentos inerentes ao mundo do trabalho; feiras, seminários, fóruns, congressos, colóquios, eventos esportivos e culturais, entre outros, voltados à área de formação; atividade de pesquisa científica, atividade complementar realizada pelo aluno e orientada por professor; atividade no Ambiente Virtual de Aprendizagem, ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, envolvendo

teleaula, fórum, tarefa, chat, glossário, questionário, wiki, entre outros; prática profissional, atividades destinadas à ampliação do universo de formação dos estudantes, com carga horária estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação ou prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

Nos termos do art. 20 da Resolução Nº 1/2021/CNE/CEB, para a estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, deve-se considerar:

[...] I - a composição de uma base tecnológica que contemple métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas ao curso em questão; II - os elementos que caracterizam as áreas tecnológicas identificadas no eixo tecnológico ao qual corresponde o curso, compreendendo as tecnologias e os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que as alicerçam e a sua contextualização no setor produtivo;

A matriz curricular do Curso Técnico em Finanças está estruturada de acordo com o que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. O curso está organizado em itinerários formativos definidos como semestres letivos e envolve disciplinas distribuídas em dois núcleos: o núcleo profissionalizante e o complementar.

- a) Núcleo profissionalizante: composto por disciplinas específicas do currículo do Curso Técnico em Finanças, conforme o que a legislação determina. As disciplinas deste núcleo agregam à formação interdisciplinar dos alunos os saberes e conhecimentos necessários à formação técnica, humana e social. As disciplinas consolidam uma formação do aluno com vistas ao preparo para o mundo do trabalho e a vida em sociedade.
- b) Núcleo complementar: integra a prática profissional da formação pretendida e mostra a amplitude do trabalho do técnico em Finanças na área de conhecimento Gestão e Negócios.

3.2.1 Matriz Curricular

A matriz curricular está pautada na análise dos conceitos, termos e matrizes do curso ofertado dentro da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como na consideração dos aportes contidos no currículo referência, visando à equalização e à unificação do sistema acadêmico, mas garantindo a atualização curricular conforme organização abaixo descrita.

Quadro 2 - Matriz Curricular do curso Técnico em Finanças

CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE							
LDB Nº 9.394/1996, Art. 36 — Resolução CEB/CNE Nº 1/2021							
Duração da aula: 50 minutos							
	DISCIPLINAS	SEMESTRES		TOTAIS (Hora- Aula)	TOTAIS (Hora- Relógio)	TOTAIS EaD (Hora- Aula)	TOTAIS EaD (Hora- Relógio)
		1º	2º				
Mód. I	Informática Aplicada	2	-	40	33,33	4	3,33
	Redação Oficial e Comercial	2	-	40	33,33	4	3,33
	Contabilidade Geral	2	-	40	33,33	4	3,33
	Ética Profissional	2	-	40	33,33	4	3,33
	Matemática Financeira	4	-	80	66,67	8	6,66
	Fundamentos de Administração	4	-	80	66,67	8	6,66
	Fundamentos de Economia e Mercados	4	-	80	66,67	8	6,66
	Projeto Integrador I	4	-	80	66,67	56	46,66
Total aulas/semana		24	-	480	400	96	80
Mód. II	Estatística Aplicada	-	2	40	33,33	4	3,33
	Direito de Empresa	-	2	40	33,33	4	3,33
	Contabilidade de Custos	-	2	40	33,33	4	3,33
	Análise de Investimentos Financeiros	-	2	40	33,33	4	3,33
	Análise de Demonstrações Financeiras	-	4	80	66,67	8	6,66
	Empreendedorismo e Planejamento Financeiro	-	4	80	66,67	8	6,66
	Tópicos de Economia Monetária e Mercado de Capitais	-	4	80	66,67	8	6,66
	Projeto Integrador II	-	4	80	66,67	56	46,66
Total aulas/semana			24	480	400	96	80
Carga Horária do Curso por Modalidade				960	800	192	160
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				960 Horas-Aula		800 Horas-Relógio	

Fonte: IFRO (2023).

3.2.2 Quadro de equivalência de disciplinas

Com a reformulação do projeto pedagógico foi disponibilizado o quadro de equivalências para os alunos de turmas anteriores, que necessitarem cursar disciplinas na forma de dependência.

Quadro 3- Equivalência de disciplinas

Disciplina	CH	Equivalência na Matriz Nova	CH
Introdução à Informática	40	Informática Aplicada	40
Português Instrumental	40	Redação Oficial e Comercial	40
Fundamentos de Matemática Financeira	40	Matemática Financeira	80
Matemática Financeira Aplicada	40		
Fundamentos de Economia	40	Fundamentos de Economia e Mercados	80
Contabilidade Geral	40	Contabilidade Geral	40
Fundamentos de Administração	40	Fundamentos de Administração	80

Contabilidade de Custos	40	Contabilidade de Custos	40
Planejamento Financeiro	40	Empreendedorismo e Planejamento Financeiro	80
Empreendedorismo	40		
Tópicos de Economia Monetária	40	Tópicos de Economia Monetária e Mercado de Capitais	80
Estatística Aplicada	40	Estatística Aplicada	40
Análise das Demonstrações Financeiras	40	Análise das Demonstrações Financeiras	80
Análise de Investimento Financeiro	40	Análise de Investimentos Financeiros	40
Ética Profissional e Cidadania	40	Ética Profissional	40
Direito e Legislação Comercial	40	Direito de Empresa	40

Fonte: IFRO (2023).

As disciplinas que não têm equivalência na matriz nova são:

- 1) Orientação para a Pesquisa e Prática Profissional;
- 2) Fundamentos do Direito Tributário;
- 3) Técnicas de Recepção, Atendimento e Cobrança;
- 4) Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- 5) Gestão Tributária;
- 6) Fundamentos de Legislação Trabalhista;
- 7) Projetos Empresariais.

As disciplinas acima referendadas deverão ter oferta especial durante o período de integralização do curso.

3.3 AVALIAÇÃO

3.3.1 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação do desempenho do discente, elemento fundamental para o acompanhamento e redirecionamento do processo de desenvolvimento de competências relacionadas com a habilitação profissional, será contínua e cumulativa. Possibilitará o diagnóstico sistemático do ensino e da aprendizagem, prevalecendo os “[...] aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”, conforme previsão na LDB 9.394/96, art. 24, V, a.

Para a avaliação do desempenho, devem ser utilizados, em cada componente curricular, dois ou mais instrumentos de avaliação diferentes entre si, elaborados pelo professor. O processo de avaliação será realizado em função dos princípios de formação, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os critérios de cumulação e

continuidade. Esta estrutura observa a consideração dos resultados ao longo do processo, para permitir o acompanhamento do desempenho do aluno.

O processo avaliativo ainda prevê estratégias complementares de favorecimento à progressão, como a avaliação em segunda chamada, a recuperação e o exame final. Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, ao cálculo de notas e a outros assuntos específicos de avaliação. A avaliação do desempenho do discente será realizada por meio das seguintes estratégias, ao menos:

1. Observação sistemática dos alunos, com a utilização de instrumentos próprios: fichas de observação, diários de classe, cadernos de anotação;
2. Autoavaliação;
3. Análise das produções dos alunos (projetos, relatórios, artigos, ensaios, exercícios, demonstrações, dentre outras estratégias pedagógicas);
4. Apuração da assiduidade e avaliação da participação ativa nas aulas;
5. Aplicação de atividades específicas de diagnóstico (exames, debates, testes, experimentos, provas, questionários, fóruns).

Os demais critérios e os procedimentos de avaliação estão definidos no Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFRO, assim como as orientações relativas à frequência, cálculo de notas e outros assuntos específicos de avaliação. Independentemente dos demais resultados obtidos, são considerados reprovados na disciplina os alunos que não obtiverem frequência mínima igual a 75% nas aulas e demais atividades programadas. Nesse sentido, a avaliação tem de ser considerada em suas múltiplas dimensões, ou seja:

- a) Diagnóstica: na medida em que caracteriza o desenvolvimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem; Processual: quando reconhece que a aprendizagem não acontece pela simples fórmula informar-saber;
- b) Formativa: na medida em que o aluno tem consciência da atividade que desenvolve, dos objetivos da aprendizagem, podendo participar na regulação da atividade de forma consciente, segundo estratégias metacognitivas. Pode expressar seus erros,

limitações, expressar o que não sabe, para poder construir alternativas na busca do aprendizado;

- c) Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do aluno no bimestre/semestre por meio de menções ou notas.

Os princípios e orientações gerais relativos à promoção, retenção, recuperação, exame final, avaliação de segunda chamada estão contidos no ROA do IFRO (Resolução CONSUP/IFRO nº 88/2016, arts. 94 a 117). A revisão de segunda chamada está contida no art. 119 desta mesma resolução. Não havendo a possibilidade de reoferta do curso pelo campus, serão adotadas estratégias especiais em favor da promoção e da recuperação de alunos, a saber:

- a) Intensificar os procedimentos de recuperação continuada, sempre que se constatarem perdas no processo de aprendizagem;
- b) Aplicar avaliações ou exames substitutivos, inclusive quanto ao exame final, após discussão em Conselho de Classe e de acordo com suas recomendações;
- c) Fazer um monitoramento frequente do cumprimento de atividades e da frequência dos alunos, por meio de ações do Departamento de Apoio ao Ensino e da Coordenação de Assistência ao Educando;
- d) Se houver recursos e professores, poderão ser disponibilizadas disciplinas em oferta especial.

3.3.2 Avaliação do curso

Na busca de seu reconhecimento como entidade educacional comprometida com sua missão e suas políticas institucionais, o IFRO, preocupado em melhorar os serviços oferecidos à comunidade, aplica constantemente instrumentos avaliativos, a fim de detectar as falhas para fazer as correções imediatas e necessárias.

A identificação dos pontos fortes e fracos do IFRO permite a construção de metas que possibilitem uma constante revisão dos procedimentos para a persecução de seus objetivos e alcance de suas políticas institucionais. O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos, como forma de construção de uma identidade coletiva.

Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento

institucional que lhe sirva de suporte. A avaliação do curso é encaminhada à Coordenação de Curso pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, para que sejam propostas as medidas necessárias de adequação junto às instâncias superiores.

Cabe à CPA e à Coordenação do Curso operacionalizar o processo de avaliação do curso junto aos professores, com o apoio do Colegiado de Curso. Deve haver, ao final do processo, a produção de relatórios conclusivos e a análise dos mesmos pela CPA, pela Coordenação do Curso e apreciados pelo Colegiado do Curso.

Os resultados das análises do processo devem ser levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético. O processo de avaliação é uma forma de prestação de contas à sociedade das atividades desenvolvidas pela instituição, a qual atua comprometida com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável da região.

3.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

Considerando o ROA dos Cursos Técnicos do IFRO (Res. 88/CONSUP/IFRO/2016 - 0001055), a *“prática profissional consiste em atividade com carga horária própria para ampliação do universo de formação dos alunos e ocorrerá sob a forma de estágio obrigatório ou não obrigatório”*. E considerando o Regulamento de Estágio do IFRO (Res. 11/REIT - CONSUP/IFRO - 1917258), o estágio consiste em *“ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente real de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular”*.

Neste prisma, no âmbito do curso Técnico em Finanças Subsequente a prática profissional será ofertada na forma de **“estágio não obrigatório”**, que conforme definição do Regulamento de Estágio do IFRO *“é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso correspondente, quando requerido pelo estudante”*, que no âmbito do presente curso limitar-se-á a 160 horas ou 20% da carga horária total, conforme previsão no CNCT.

O estágio não obrigatório pode ser realizado a partir da matrícula no curso e concluído até o prazo final de integralização do curso, desde que mantida a regularidade de matrícula do aluno, ou seja, o trancamento ou cancelamento de matrícula, bem como por desligamento, transferência, evasão ou desistência do estudante no curso, bem como as demais situações

descritas na Seção III do Regulamento de Estágio, acarretará no desligamento do estudante do estágio.

3.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Aos alunos do Curso Técnico em Finanças será proporcionada a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares do curso, não obrigatórias, tais como:

1. Eventos científicos, como mostras culturais, seminários, fóruns, debates e outras formas de construção e divulgação do conhecimento;
2. Programas de iniciação científica, que reforcem os investimentos da instituição na pesquisa e na consequente produção do conhecimento;
3. Atividades de extensão que envolvam, além dos eventos científicos, os cursos de formação e diversas ações de fomento à participação interativa e à intervenção social;
4. Monitorias que realcem os méritos acadêmicos, dinamizem os processos de acompanhamento dos alunos e viabilizem com agilidade o desenvolvimento de projetos;
5. Palestras sobre temas diversos, especialmente os que se referem à cidadania, sustentabilidade, meio ambiente, saúde, orientação profissional e relações democráticas;
6. Visitas técnicas, também em sua função de complementaridade da formação do educando, que busquem na comunidade externa algumas oportunidades que são próprias deste ambiente, nas quais se verifiquem relações de produção em tempo real e num espaço em transformação. Os cursos técnicos exigem essa observação direta do papel dos trabalhadores no mercado de trabalho.

3.6 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

3.6.1 A inclusão educacional

A inclusão educacional consiste na ideia de não fazer distinção das pessoas em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas, sociais ou culturais. Assim sendo, é importante evidenciar a abrangência da inclusão educacional atualmente quando se olha pela perspectiva da diversidade. A educação é direito tanto das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, bem como a outros grupos que por um tempo foram excluídos como: os indígenas, os quilombolas e outros grupos em

situação de vulnerabilidade. No caso do primeiro grupo citado, a instituição, dentro de sua estrutura organizacional, tem o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidade Educacional Específica – NAPNE, que tem sua atuação baseada na Resolução Nº 48/REIT-CONSUP/IFRO, de 18 de setembro de 2017, que dispõe sobre seu regulamento. Na perspectiva de efetivar políticas públicas de inclusão na área educacional, o IFRO se baseia nos seguintes temas de cunho ambiental, social e humanístico:

1. Relações étnico-raciais, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, com fulcro na Lei nº 9.394/96, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e pela Lei nº 11.645/2008, e Resolução nº 1/2004/CNE/CP, fundamentada no Parecer nº 3/2004/CNE/CP.
2. Educação em direitos humanos, com fundamento nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer nº 8/CNE/CP, de 6 de março de 2012, que originou a Resolução nº 1/CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Ampara-se também no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, disponibilizado pelo Ministério da Educação, em 24 de fevereiro de 2018.
3. Possibilidade de discussão de temas transversais, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam com especificidade desta questão, com ênfase para aqueles que tratam de minorias, diversidade, sexualidade, gênero, entre outros.
4. Formas de acesso às instituições federais, asseguradas pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

A inclusão educacional ofertada pelo IFRO atende tanto o aspecto da diversidade como da educação especial (pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades). A Resolução n. 02/CNE, de 11 de setembro de 2001, define:

Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I- dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II- dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III- altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

A Educação Inclusiva das pessoas com necessidades educacionais específicas implica necessariamente em tratar também da Educação Profissional. Um aspecto relevante que entendemos como instrumento fundamental para o exercício desse direito, a educação, e do direito ao trabalho, ou perpassando pela educação profissional, trata-se da acessibilidade. Procurando adequar-se à modernidade inclusiva e ao mundo de diversidades que se organizam em grupos de minorias excluídas, o IFRO vem desenvolvendo políticas inclusivas para atender às camadas sociais excluídas dos sistemas educacionais, com o intuito de nivelá-las aos demais membros da sociedade.

O tratamento profissional ofertado à pessoa com necessidade educacional específica deve estar de acordo com sua vocação. Este fundamento está refletido também na LBI, no art. 28, XVIII, que trata do acesso à Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica em igualdade de oportunidades.

O IFRO tem demonstrado que pode fazer a diferença, oferecendo à sociedade uma educação isonômica para todos. Todos os seus campi têm procurado incluir os mais diversos sujeitos socialmente constituídos, para que façam parte do Sistema Nacional de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Superior, promovendo assim o “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF, art. 3º, IV), pautando-se, sempre, pelo zelo aos princípios constitucionais de respeito à dignidade humana, da liberdade de ir e vir e da igualdade entre todos.

3.6.2 Apoio ao discente

O apoio ao discente é prestado de diversas formas e por variados segmentos no âmbito do IFRO, de acordo com a necessidade de cada aluno. O aluno conta com o atendimento da Coordenação de Apoio ao Educando (CAED), da Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA), no que compete a estes setores, e também com o apoio do Coordenador do Curso, que está à sua disposição em horários pré-fixados em murais e disponíveis no site da IES. Além do atendimento direto e geral, o aluno também conta com atendimentos especializados. Neste sentido, o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é o principal órgão de atendimento e de apoio ao acadêmico no tocante às suas dificuldades especiais de adaptação e de aprendizagem.

Para os alunos que precisem ser ouvidos nas suas dúvidas, reclamações e sugestões, há ainda a Ouvidoria, que tem atendimento presencial e pelos sistemas de comunicação

eletrônica. A Ouvidoria é segmento importante no atendimento e apoio ao discente e está regulamentada em documento próprio.

Os programas de assistência estudantil podem ser de atendimento universal, que engloba todos os estudantes matriculados nos cursos técnicos de nível médio, graduação, nas modalidades presencial e presencial-virtual, ou de atendimento a estudantes socioeconomicamente vulneráveis. Esses programas são desenvolvidos por meio das seguintes ações: atenção à saúde e apoio biopsicossocial, acompanhamento e suporte ao ensino, desenvolvimento técnico-científico, pró- cidadania, monitoria, apoio às pessoas com necessidades educativas específicas, educação para diversidade e incentivo a atividades esportivas e lazer.

Os alunos com alguma necessidade que dificulte a sua permanência no curso poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). As principais atividades do NAPNE incluem: possibilitar a oferta de materiais didático- pedagógicos visando promover a acessibilidade metodológica às pessoas com necessidades específicas; desenvolver ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas; criar e aplicar estratégias para a garantia da educação inclusiva; e articular-se com órgãos públicos, empresas privadas, grupos comunitários, organizações não governamentais e outros grupos ou pessoas que possam atuar em favor da inclusão.

3.7 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM

3.7.1 Recursos de informática

O laboratório de informática disponibilizará aos discentes do curso computadores com softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

São requisitos mínimos do laboratório de informática do campus: computadores conectados à internet; nobreaks adequados para o bom funcionamento dos equipamentos; softwares: pacote de escritório, linguagens de programação, sistemas de gerenciamento de banco de dados, etc., preferencialmente livres.

3.7.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é um meio onde são viabilizadas atividades de ensino-aprendizagem, com acesso aos materiais didático-pedagógicos, as ferramentas assíncronas e síncronas, às mídias educacionais, além das ferramentas de comunicação, que propiciam as inter-relações sociais. Almeida (2012, p. 331) afirma que:

Ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação. Permitem integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Assim, o objetivo desse ambiente é oferecer recursos para consultar materiais didáticos e textos complementares, realizar atividades didáticas e outras ações relacionadas ao curso, trata-se de uma ferramenta acessada por meio de senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem. Será o principal meio de acesso entre professor mediador e alunos, onde serão postados os conteúdos das aulas, atividades, fóruns, entre tantas outras ferramentas que essa plataforma fornece.

O AVA do Campus Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD; para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve quanto ao acesso, à navegação e à visualização, e disponibiliza, ainda, os serviços de informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos, dentre outras estratégias de ensino.

3.8 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Será obedecida a Resolução 45/2017/CONSUP/IFRO, de 11 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos, finalidades, organização e o funcionamento da Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, definindo que:

Art. 13º O acompanhamento dos egressos será realizado com cada turma, após o primeiro semestre de conclusão do curso, estendendo-se, pelo menos, até o terceiro ano após a sua conclusão.

Art. 14º As informações que darão subsídio ao acompanhamento dos egressos serão coletadas por meio de questionário eletrônico, disponibilizado no Portal do Egresso.

Art. 15º Os questionários eletrônicos ficarão disponíveis permanentemente no portal do IFRO, sendo responsabilidade de cada campus divulgar e estimular a participação dos egressos.

Art. 16º Os Departamentos de Extensão em articulação com os demais departamentos, por meio de mensagens eletrônicas, solicitarão aos egressos o preenchimento do questionário, seis meses após a conclusão do curso e anualmente até que se completem cinco anos.

Art. 17º As informações obtidas serão disponibilizadas periodicamente no Painel de Indicadores do IFRO e atualizadas semestralmente.

Art. 18º Bianualmente as informações serão organizadas em forma de relatório, que darão origem aos indicadores para uso da Instituição na gestão administrativa e acadêmica.

3.9 INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos. Visa ao desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensão essencial à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade; que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista que é essencial à Educação Profissional e Tecnológica contribuir para o progresso socioeconômico, as atuais políticas da educação dialogam efetivamente com as políticas sociais e econômicas, em especial aquelas com enfoques locais e regionais.

Assim, o fazer pedagógico desse curso trabalhará a superação da dicotomia ciência/tecnologia e teoria/prática, concebendo a pesquisa como princípio educativo e científico, e as ações de extensão como um instrumento de diálogo permanente com a sociedade. Para isso, organizará suas ações de modo a incentivar a iniciação científica, o desenvolvimento de atividades com a comunidade, a prestação de serviços. Em suma, incentivará a participação ativa dentro de um mundo de complexa e constante integração.

No Curso Técnico em Finanças será incentivada a execução das seguintes atividades com o propósito de promover a inter-relação ensino, pesquisa e a extensão:

- A. Projetos de ensino: desenvolver projetos de ensino que impacte em ações de extensão;
- B. Iniciação científica e de extensão: incentivar os discentes, em conjunto com os docentes, a desenvolverem projetos de iniciação científica e de extensão que contribuam para o desenvolvimento local e regional;
- C. Empresa Júnior: fomentar a cultura empreendedora nos alunos, desenvolvendo atividades de mapeamento, racionalização e otimização de trabalhos, envolvendo ensino e extensão;

- D. Feira de negócios: utilizar na prática os assuntos abordados em aulas teóricas sobre empreendedorismo, para que os alunos possam aplicar e treinar as habilidades em trabalhos relacionados ao ramo;
- E. Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) na área de Finanças para capacitar, aperfeiçoar e atualizar estudantes que desejem entrar ou retornar ao mercado de trabalho de maneira rápida e eficiente.

3.10 CERTIFICAÇÃO

3.10.1 Certificação de conclusão do curso

Após o cumprimento integral da matriz curricular que compõe o curso, será conferido ao egresso o Diploma de Técnico Finanças, conforme orientações do art. 7º do Decreto nº 5.154/2004 e Resolução nº 8/CONSUP/IFRO/2018, que dispõe sobre o Regulamento da Colação de Grau e da Cerimônia de Certificação de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFRO.

3.10.2 Certificação intermediária

Só serão concedidos os diplomas de habilitação aos alunos que concluírem todas as disciplinas e práticas profissionais previstas para o curso, dentro do período de integralização previsto, conforme legislação vigente. A Diretoria de Ensino, juntamente com o Conselho de Classe, decidiu por não ter neste projeto a certificação intermediária, pois a distribuição das disciplinas na matriz curricular não possibilita este tipo de ação.

4 EQUIPE DOCENTE E TUTORIAL PARA O CURSO

4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

Os pré-requisitos de formação necessários para atuar no curso são aqueles estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 e regulamentações do Ministério da Educação. No quadro a seguir, constam os requisitos mínimos por disciplina.

Quadro 4 - Requisitos de formação por disciplina

Disciplinas		Formação Mínima Exigida
1	Informática Aplicada	Graduação em Informática
2	Redação Oficial e Comercial	Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa
3	Contabilidade Geral	Graduação em Contabilidade

4	Ética Profissional	Graduação em Filosofia ou Sociologia
5	Matemática Financeira	Licenciatura em Matemática
6	Fundamentos de Administração	Graduação em Administração
7	Fundamentos de Economia e Mercados	Graduação em Economia
8	Projeto Integrador I	Graduação em qualquer área
9	Estatística Aplicada	Licenciatura em Matemática ou Estatística
10	Direito de Empresa	Graduação em Direito
11	Contabilidade de Custos	Graduação em Contabilidade
12	Análise de Investimentos Financeiros	Graduação em Economia/Administração/Contabilidade
13	Análise de Demonstrações Financeiras	Graduação em Contabilidade ou Economia
14	Empreendedorismo e Planejamento Financeiro	Graduação em Administração ou Economia
15	Tópicos de Economia Monetária e Mercado de Capitais	Graduação em Economia
16	Projeto Integrador II	Graduação em qualquer área

Fonte: IFRO (2023).

4.2 DOCENTES PARA O CURSO

A equipe de professores que ministrarão as disciplinas do curso será composta pelos docentes do quadro de servidores do Campus Porto Velho Zona Norte.

Quadro 5 – Disciplinas e docentes que atuarão no curso

Nº	Disciplina	Nome do Professor	CH	RT
1	Informática Aplicada	Alan Jhone Carvalho de Araújo	40H	DE
2	Redação Oficial e Comercial	Andreia dos Santos Oliveira	40H	DE
3	Contabilidade Geral	Miralba Uchoa de Carvalho	40H	DE
4	Ética Profissional	Cleonete Martins de Aguiar	40H	DE
5	Matemática Financeira	Rafael Nink de Carvalho	40H	DE
6	Fundamentos da Administração	Alberto Bruno de Oliveira Viana	40H	DE
7	Fundamentos de Economia e Mercados	João Batista Teixeira de Aguiar	40H	DE
8	Projeto Integrador I	Douglas Moro Piffer	40H	DE
9	Estatística Aplicada	Rafael Nink de Carvalho	40H	DE
10	Direito de Empresa	Cássia Luciana de Melo Lima	40H	DE
11	Contabilidade de Custos	Miralba Uchoa de Carvalho	40H	DE
12	Análise de Investimentos Financeiros	João Batista Teixeira de Aguiar	40H	DE
13	Análise de Demonstrações Financeiras	Miralba Uchoa de Carvalho	40H	DE
14	Empreendedorismo e Planejamento Financeiro	Alberto Bruno de Oliveira Viana	40H	DE
15	Tópicos de Economia Monetária e Mercado de Capitais	Carlo Filipe Evangelista Raimundo	40H	DE
16	Projeto Integrador II	Douglas Moro Piffer	40 H	DE

Fonte: IFRO (2023). Legenda: CH (carga horária); RT (regime de trabalho); DE (dedicação exclusiva)

O curso compõe-se de eixos e dimensões formadoras que se definem como concepções integradoras entre as disciplinas de núcleo comum, de núcleo profissionalizante e

os objetivos do curso, articulando-se em torno da formação humanística, técnica e social, conforme quadro a seguir.

Quadro 6 – Eixos e dimensões formadoras

Eixo	Dimensão	Disciplinas/Atividades
Instrumentalização e desenvolvimento da competência técnica	O sujeito e a construção do conhecimento técnico aplicado ao setor tecnológico	Informática Aplicada
		Redação Oficial e Comercial
		Contabilidade Geral
		Ética Profissional
		Matemática Financeira
		Fundamentos de Administração
		Fundamentos de Economia e Mercados
Efetivação dos processos de gerenciamento e aplicação dos conceitos e Ação e produção: sustentáculos da prática profissional do técnico em finanças	Normatização da ação humana, coletiva e responsável do técnico e na construção da prática profissional e a intervenção na sociedade	Ética Profissional
		Direito de Empresa
		Contabilidade de Custos
		Análise de Investimentos Financeiros
		Análise das Demonstrações Financeiras
		Empreendedorismo e Planejamento Financeiro
		Tópicos de Economia Monetária e Mercado de Capitais
Prática profissional	Sistematização do aprendizado	Estágio Supervisionado
		Trabalho de Conclusão de Curso
		Escritório Modelo
		Pequeno empresário ou trabalhador
Atividades Complementares	A amplitude do trabalho educativo junto à sociedade rondoniense	Visitas técnicas, jogos, mostras, seminários, pesquisa, atividades laboratoriais e outras.

Fonte: IFRO (2023).

4.3 ÍNDICES DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DO CURSO

A seguir apresenta-se o quadro de profissionais e as possibilidades de relações de interdisciplinaridade a fim de considerar a contextualização e a flexibilidade na construção global do perfil profissional.

Quadro 7 – Titulação, experiência e área de formação

DOCENTE	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA (em anos)			EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO DOCENTE (em anos)
		Ensino Médio	Educação Técnica	Educação Superior	
Geraldo Castro Cotinguiba	Doutor em Desenvolvimento Regional	6	3	11	20

Jeferson Cardoso da Silva	Doutor em Desenvolvimento Regional	6	0	1	2
Alan Jhone Carvalho de Araújo	Mestrado em Administração	0	7	7	0
Andreia dos Santos Oliveira	Doutorado em Educação	12	10	12	0
Miralba Uchoa de Carvalho	Mestrado em Assessoria e Administração	0	3	3	19
Cleonete Martins de Aguiar	Mestrado em Letras	2	5	5	15
Rafael Nink de Carvalho	Mestrado em Matemática	7	12	0	0
Alberto Bruno de Oliveira Viana	Mestrado em Assessoria e Administração	0	10	6	15
João Batista Teixeira de Aguiar	Mestrado em Administração Pública	0	10	12	18
Cássia Luciana de Melo Lima	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	25	6	0	0
Fernanda Amaral Figueiredo	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica	0	6	6	11
Patrícia Feitosa Basso Miranda	Mestrado em Matemática	7	7	7	0
Willis José Rodrigues	Especialista em Metodologia do Ensino Superior	0	9	9	5
Ana Claudia Dias Ribeiro	Doutorado em Educação	15	8	8	0
Juliana Braz da Costa	Mestrado Ciências da Computação	5	10	10	5
Douglas Moro Piffer	Mestre em Administração, Especialista em Saúde do Trabalhador e Bacharel em Enfermagem	1	6	8	12

Fonte: IFRO (2023).

4.4 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe multidisciplinar se baseia na Resolução nº 023/REIT-CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO, que tem como objetivos:

- a. Implementar as condições de permanência dos estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no seu percurso formativo;
- b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- c. Contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais;
- d. Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- e. Promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

Os Programas de Assistência Estudantil do IFRO visam ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo do estudante, bem como conceder auxílios financeiros aos alunos com vulnerabilidade social para compra de material de distribuição gratuita, compra de material de consumo, despesas com passagens e deslocamentos, alimentação, entre outros.

4.5 POLÍTICA DE APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

O IFRO é uma instituição que oferece cursos desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. Tem, pois, como previsão, ampliar o leque de oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, de modo a aproveitar as potencialidades de sua equipe e, conseqüentemente, ampliá-las. A formação em nível de mestrado e doutorado é um requisito fundamental nas instituições com essa abrangência. No IFRO, os quadros de especialização devem ser implementados com a urgência decorrente da própria demanda social na região, que carece de formação superior para atuação nas áreas de educação, ciência e tecnologia.

A formação continuada, como política de ensino e de extensão, visa à ampliação do nível de escolaridade dos docentes e pessoal de apoio administrativo. Essa formação atenderá à Política de Capacitação de Servidores do IFRO, envolvendo tanto os cursos de elevação vertical dos níveis de escolaridade quanto aqueles que sejam complementares e específicos às necessidades apresentadas pontualmente. Além dos cursos, são previstos, na mesma política, a participação dos servidores em outros eventos formadores, como congressos, fóruns, simpósios, seminários, colóquios e diversas outras formas de encontro. A partir dos interesses demonstrados objetivamente pelos servidores, o IFRO tem investido em logística de liberação

e no custeio da participação de docentes, técnicos administrativos em educação e gestores nos eventos de formações locais, nacionais e internacionais.

5 GESTÃO ACADÊMICA

O Campus Porto Velho Zona Norte organiza-se de modo que o curso seja ministrado por meio do trabalho cooperativo, que envolve o apoio de órgãos colegiados e pessoal pedagógico-administrativo.

5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

O Coordenador do Curso trabalha em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos estudantes e do próprio curso. A coordenação do curso será realizada por um profissional com elevado grau de formação e titulação, experiência profissional e acadêmica e disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio relacionados ao curso. O coordenador deve responsabilizar-se pela gestão acadêmica do curso e disponibilizar tempo à coordenação.

5.2 CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe é um órgão consultivo e deliberativo, composto por todos os professores do curso, pedagogos, Diretor-Geral do campus, Diretor de Ensino, Coordenador de Apoio ao Ensino, Coordenador de Registros Acadêmicos e os demais servidores que atuam diretamente com o atendimento pedagógico ao aluno, além de alunos líderes de turma.

As competências e a forma de funcionamento do conselho estão previstas no Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

5.3 ASSESSORAMENTO AO CURSO

5.3.1 Diretoria de Ensino

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de

programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do Campus e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Esta diretoria conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos, Coordenação de Biblioteca e Coordenação de Educação a Distância.

O Departamento de Apoio ao Ensino desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; presta apoio ou exerce atividade de orientação a professores e alunos, no que tange à elaboração, tramitação, organização, ao recebimento e à expedição de documentos referentes ao ensino profissionalizante de nível médio; controla materiais e recursos didáticos disponibilizados aos docentes e acadêmicos deste nível de ensino. Com o auxílio de uma equipe de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, atua na dimensão do ensino técnico para prestar apoio pedagógico aos alunos e professores.

A Coordenação de Assistência ao Educando desenvolve atividade de suporte à Diretoria de Ensino; é o setor responsável pelo desenvolvimento dos programas de assistência estudantil. É constituída por uma equipe multiprofissional, cujo principal objetivo é prestar apoio aos estudantes do campus, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo, na perspectiva da equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

A Coordenação de Registros Acadêmicos registra, acompanha, informa e realiza o controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

A Coordenação de Biblioteca registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso de obras impressas ou em outras mídias.

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no campus, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE

O NAPNE é um setor de assessoramento para o atendimento educacional de estudantes que apresentem necessidades educacionais específicas. O Núcleo tem por objetivo a promoção de ações educacionais, a partir do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que visem à superação das barreiras atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais e de informação, tecnológicas, sistêmicas e educacionais. O NAPNE tem por finalidade colaborar com os processos de acesso, procedimentos para a permanência e possibilidade de saída com sucesso em cursos de educação profissional e tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas. A equipe nomeada para núcleo colabora com o corpo docente e Coordenação de Curso quanto à (ao) (s): atendimento especializado/específico; adaptação curricular e metodológica (parte teórica e parte prática); avaliação diferenciada conforme a necessidade específica apresentada; tecnologias assistivas; apoio/acompanhamento pedagógico; produção de material didático; possibilidade de ampliação do prazo máximo de integralização do curso (após análise do conselho); terminalidade específica (ver resolução 2/2013/CNE/CEB).

5.3.3 Departamento de Extensão

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do campus; participa das atividades de divulgação e da aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos.

Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro da comunidade interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam o fomento do ensino e da aprendizagem; utiliza, como estratégias, a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing.

Ligado ao Departamento de Extensão está a Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade (CIEEC) e Coordenação de Formação Inicial e Continuada. A Coordenação de Integração entre Escola, Empresa e Comunidade, que cumpre as atividades de rotina relativas ao estágio, como: levantamento de vagas de estágio, credenciamento de empresas, encaminhamento ao mercado de trabalho e estabelecimento de relação quantitativa

e qualitativa adequada entre alunos e docentes orientadores; desenvolve planos de intervenção para conquista do primeiro emprego; acompanha egressos por meio de projetos de integração permanente; constrói bancos de dados de formandos e egressos; faz as diligências para excursões e visitas técnicas, entre outras funções. A Coordenação de Formação Inicial e Continuada articula a elaboração, acompanha a execução e avalia os projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo, entre outras atividades inerentes ao Departamento de Extensão.

5.3.4 Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Atende às necessidades da instituição também de forma articulada, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Atualmente possuem duas coordenações subordinadas a esse departamento: Coordenação de Pesquisa e Inovação e Coordenação de Pós-Graduação.

A Coordenação de Pesquisa e Inovação trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), PIBIC Júnior e outros, além de projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, no âmbito interno ou não, envolvendo alunos, professores e a comunidade externa.

A Coordenação de Pós-Graduação trabalha com o desenvolvimento institucional de programas de pós-graduação, visando articular as áreas de atuação do campus com a proposição de cursos de pós-graduação voltados aos segmentos que possibilitem o desenvolvimento de novas competências, tanto institucionais quanto pessoais para alunos e servidores da instituição.

5.3.5 Equipe Técnico-Pedagógica

A Equipe Técnico-Pedagógica é responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição escolar. É um trabalho de liderança que ajuda a instituição a desempenhar melhor o seu processo de ensino-aprendizagem, em função de uma educação de qualidade oferecida aos alunos.

Equipe Técnico-Pedagógica atende aos pais e alunos, orientando-os para um melhor aproveitamento das atividades escolares, além de serem responsáveis pela coordenação,

implantação e implementação da proposta pedagógica do estabelecimento. É responsável pela coordenação das ações didático-pedagógicas que acontecem na instituição, funcionando como um elo que une as partes envolvidas no ensino e aprendizagem dos alunos, estabelecendo uma ponte entre direção, professores, alunos e pais, formando uma rede interligada por interesses comuns. Essa equipe é composta pela diretoria de Ensino, orientador educacional, pedagogo, técnico em assuntos educacionais, Corpo Docente e Responsável pela Biblioteca Escolar.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O Campus Porto Velho Zona Norte funciona na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, Setor - Industrial, do município, e disponibiliza infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso. As salas são construídas em alvenaria e estrutura de concreto armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco e massa acrílica, e o revestimento interno possui reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (conjuntos sanitários), com portas internas metálicas e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomada e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionado tipo split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

O campus conta com os seguintes recursos de hiperídia: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio de transmissão e gravação, impressoras, scanners entre outras aquisições que serão realizadas.

6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida

O IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte, adapta-se para proporcionar condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos às pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, devendo atender o estabelecido na NBR 9050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

Diante da matrícula de aluno(a) com deficiência visual, o campus providenciará os recursos e/ou equipamentos que favoreçam a acessibilidade, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem a todos os alunos, com a colaboração do NAPNE do campus.

6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Diante da necessidade, serão solicitados servidores ou prestadores de serviço para a tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais, bem como recursos ou equipamentos de tecnologia assistiva que favoreçam a acessibilidade aos alunos, a fim de facilitar o ensino e aprendizagem, com a colaboração do NAPNE do campus.

6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

6.3.1 Laboratórios

Atualmente o campus dispõe de 3 laboratório de informática: 2 deles com 42 e 1 com 30 computadores, nobreaks, softwares atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias, para oferecer suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos, ao desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e a outras formas de desenvolvimento de estudo que os docentes definirem como pertinentes em seus planos.

6.4 BIBLIOTECA

O campus oferece uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado e organizado, contendo espaços com computadores com acesso à internet e acervo bibliográfico físico e

digital. Entende-se que esse acervo deve ser objeto de estudo e disponibilizado aos alunos para a fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais.

Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

Os alunos têm acesso ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outros bancos de periódicos públicos e privados, nacionais e internacionais.

7 TECNOLOGIA DE EAD

7.1 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

- A. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Todos os cursistas terão acesso a este espaço que conterà, dentre outros recursos, fóruns, chats e múltiplos espaços de interação entre professor, tutores e colegas, ou seja, um ambiente de troca de experiências, esclarecimento de dúvidas com múltiplas possibilidades de desenvolver a aprendizagem.
- B. Biblioteca Virtual - Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

8 BASE LEGAL

Entre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem. No entanto, devem ser considerados todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, forem determinados como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino da Rede Federal.

8.1 DOCUMENTOS DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

1. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2016);
2. Constituição da República Federativa do Brasil (1988);
3. Decreto nº 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2.º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96;

4. Lei nº 9.394/96: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
5. Lei nº 11.788/08: dispõe sobre o estágio;
6. Lei nº 11.892/08: cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
7. Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004: dispõe sobre a aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
8. Resolução CNE/CEB Nº 01/2021: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. Formação de Educadores a Distância na Pós-Graduação: Potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1053-1072, out.-dez. 2012.

ARAÚJO, T. G. O papel do professor mediador na elaboração do conhecimento na formação técnica. Portal Educação, 2016. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/o-papel-do-professor-mediador-na-elaboracao-do-conhecimento-na-formacao-tecnica/73007>>. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 2022. Disponível em: <<http://cnct.mec.gov.br/>> Acesso em: 11 fev. 2023.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CNE_CEB-06_2012.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

_____. Resolução nº 3/MEC, de 21 de novembro de 2018. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: 20 jun. 2019.

_____. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Resolução nº 36, de 13 de julho de 2009. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3337-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-36-de-13-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/L13243.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

IBGE. **Número de empresas atuantes (2006-2017)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/porto-velho/pesquisa/19/29765?tipo=ranking&indicador=29762&ano=2016>>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **PIB Municípios (2006-2017)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

IFRO. **Resolução nº 07/2018/CONSUP/IFRO**. Regulamento de Conselho de Classe, Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2018.

_____. **Resolução nº 24/2019/CONSUP/IFRO**. Regulamento do Processo Seletivo dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia**. Porto Velho: IFRO, 2023.

_____. **Resolução nº 45/2017/CONSUP/IFRO**. Política de Acompanhamento de Egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2017.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 11/REIT - CONSUP/IFRO**, DE 25 DE ABRIL DE 2023. Regulamento do Estágio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2023.

_____. **Resolução nº 88/2016/CONSUP/IFRO**. Regulamento da Organização Acadêmica (ROA) dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho: IFRO, 2016.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

OLIVEIRA, P. F.; SUELE, K. K. S. **O Papel do Tutor Mediador na Modalidade de Educação a Distância**. 2017.

APÊNDICE – EMENTA DAS DISCIPLINAS

MÓDULO I

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	INFORMÁTICA APLICADA	Carga Horária	40H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objeto Geral			
Conhecer as tecnologias básicas de informação, fundamentais para potencializar a produtividade do trabalho, no âmbito dos recursos humanos.			
Objetivos Específicos			
• Reconhecer o funcionamento de um computador, assim como os seus componentes; • Desenvolver habilidades para usar as ferramentas de TI de usos essenciais para o funcionamento do computador.			
Ementa			
Introdução à Informática: - Noções de hardware e software; - Sistema operacional. Editor de texto: -Formatação de textos: Fonte, parágrafo, alinhamentos, bordas, tabulações, etc; - Inserção de figuras, cabeçalho, rodapé, notas de rodapé, tabelas, sumário, etc; - Elaboração de documentos. Planilha eletrônica: - Formatação de células: Fonte, alinhamentos, bordas, mesclagem, etc. - Inserção de anotações, células, linhas, colunas, etc. - Filtros, classificação e fórmulas: operações básicas, somatório, média, condicionais, etc. - Elaboração de planilhas: exemplo de planilhas aplicadas às finanças.			
Referências Básicas			
BENINI FILHO, Pio Armando; MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações . 3ª ed. S. Editora Erica, 2010.			
MANZANO, André L.N.Q.; Manzano, Maria Izabel N.G. Estudo Dirigido de Microsoft Office Word 2007 . S.P.: Erica, 2006.			
SILVA, Mario Gomes. Informática - Terminologia Básica, Windows Xp e Office Word . São Paulo: Erica, 2002.			
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática – Conceitos Básicos . 8ª ed. Ed. Campus, 2011.			
Referências Complementares			

ALMEIDA, Marcus Garcia de. **Automação de Escritórios com Office 2000**. São Paulo: BRASPORT, 2001.

GONZALEZ, Karin Gizelle. **Integração Microsoft Office Xp Professional**. São Paulo: SENAC, 2005

MANZANO, André Luiz N.g. **Estudo Dirigido de Microsoft Office Power Point 2003** - Col. P.d. São Paulo: ERICA, 2003.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	REDAÇÃO OFICIAL E COMERCIAL	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objeto Geral			
Aplicar os conhecimentos básicos referentes aos conteúdos estudados de Língua Portuguesa em produções textuais inerentes ao ambiente de trabalho do profissional Técnico em Finanças.			
Objetivos Específicos			
• Ler textos dos mais diversos gêneros textuais. • Produzir textos dos mais diversos gêneros textuais. • Produzir textos coesos e coerentes.			
Ementa			
Redação Científica. Textos Técnicos de Instrução, Oficiais e Comerciais: ofício, declaração, requerimento, Ata, Carta Comercial, e-mail, Relatório. Normas de Formatação de Documentos Oficiais.			
Referências Básicas			
CÂMARA JR., J. Mattoso. Manual de Expressão Oral e Escrita . 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.			
CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T.C. Gramática Reflexiva - Texto, Semântica e Interação. 4ª ed. S.P.: Atual, 2013.			
FAULSTICH, Enilde L. de Jesus. Como Ler, Entender e Redigir um Texto . 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.			
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto : leitura e redação. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2008.			
GARCEZ, L. H. do C. Técnica de redação : o que é preciso saber para escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2002.			
JESUS, Sérgio N.; BARBOSA, Ingrid L M.; SILVA, Albertina N.P. Português Instrumental . Cuiabá: UFMT/IFRO, 2013.			
KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A Coerência Textual . São Paulo: Contexto, 2012.			
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português Instrumental . 27ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MEDEIROS, João B. Redação Científica : A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. 12ª ed. S.P.: Atlas, 2014.			
Referências Complementares			
INFANTE, Ulisses. Do Texto ao Texto : Curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 2002.			
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúcia Scliar. Português Instrumental : De acordo com as atuais normas da			
ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental . 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa . 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	CONTABILIDADE GERAL	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objeto Geral			

Identificar as principais informações que podem ser extraídas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado para auxiliar no processo decisório.

Objetivos Específicos

- Reconhecer a importância histórica da contabilidade e seus fundamentos através da evolução da humanidade.
- Identificar os principais métodos utilizados pela contabilidade para gerar informações fidedignas.
- Identificar as contas contábeis que compõem o balanço patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.
- Classificar as contas patrimoniais e contas de resultado.
- Definir o conceito, objetivo e finalidade da contabilidade.
- Praticar lançamentos contábeis de contas patrimoniais e de resultado.
- Praticar lançamentos de elaboração da Demonstração de Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial.

Ementa

Conceito, objetivo e finalidade. Representação gráfica do patrimônio. Contas patrimoniais e de resultado. Métodos de escrituração contábil. Demonstração Contábil: Demonstração de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial.

Referências Básicas

IUDÍCIBUS, Sérgio, D. e José Carlos Marion. **Curso de Contabilidade para não Contadores**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9ª edição). Grupo GEN, 2022.
MARION, José C. **Contabilidade Básica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (13ª edição). Grupo GEN, 2022.
RIBEIRO, Osni M. **Básica Contabilidade Fácil**. Disponível em: Minha Biblioteca, (29ª edição). Editora Saraiva, 2013.

Referências Complementares

BONHO, Fabiana, T. et al. **Contabilidade Básica**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2019.
CREPALDI, Silvio A. **Curso Básico de Contabilidade**, 7ª ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013.
PADOVEZE, Clóvis L. **Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária**, 10ª ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2016.
_____, Clóvis L. **Contabilidade Geral - Facilitada**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina	ÉTICA PROFISSIONAL	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objetivo Geral			
Compreender a evolução da ética Profissional e Cidadania ao longo da história e sua aplicação à vida prática.			
Objetivos Específicos			
• Conhecer a história da ética e cidadania (primórdios aos dias atuais); • Entender o funcionamento da vida social como formadora do indivíduo; • Reconhecer a vida social como algo que requer normas e uma ética; • Diferenciar os principais tipos de normas de convivência; • Aplicar os principais códigos de ética; • Entender a finalidade de se estabelecer o princípio da cidadania como norma de vida social; • Assimilar a importância dos códigos de ética para a vida profissional.			
Ementa			
Fundamentos filosóficos da ética e da moral. Deontologia profissional e a importância do código de ética. Ética aplicada à gestão e as relações interpessoais no trabalho. Dilemas éticos no mundo contemporâneo.			
Referências Básicas			

ARANTES, Elaine Cristina. **Ética Empresarial**. PR: IFPR, 2012. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1331/Etica%20Empresarial%202012%20ISBN.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07/11/2019
GALLO, Silvio. **Ética e cidadania: caminhos da filosofia**. S.P.: Papirus, 2012.
PASSOS, Elizete. **Ética nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2012.
VALLS, Álvaro Luiz Montenegro. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Referências Complementares

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.
OLIVEIRA, Antônio Roberto. **Ética profissional**. Pará: IFPA-Belém, 2012. Disponível em: http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/374/etica_profissional.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07/11/2019.
SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 2009.
SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	MATEMÁTICA FINANCEIRA	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objeto Geral			
Desenvolver o raciocínio lógico financeiro e aplicá-lo nas disciplinas correlatas, além de proporcionar ao aluno um embasamento teórico-prático sobre descontos, séries de pagamento e amortizações.			
Objetivos Específicos			
- Desenvolver os conceitos do valor do dinheiro no tempo. - Reconhecer aplicações a juros simples. - Mensurar e calcular juros simples. - Reconhecer aplicações a juros compostos. - Realizar cálculos envolvendo o conceito de juros compostos. - Diferenciar as capitalizações sobre regimes simples e compostos. - Aplicar desconto simples e compostos. - Realizar cálculos envolvendo o conceito de séries de pagamento. - Realizar cálculos de custo e amortização de empréstimos. - Utilizar tabelas financeiras, calculadoras financeiras e "software" de planilhas de cálculo.			
Ementa			
Proporções e grandezas. Porcentagens. Valor do dinheiro no tempo. Juros simples e compostos. Taxas de juros: proporcionais e equivalentes. Descontos simples e compostos. Séries de pagamento: conceitos, classificações e aplicações. Amortização: conceito e aplicações.			
Referências Básicas			
MATHIAS, Washington Franco. Matemática Financeira . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada . 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003. VERAS, Lília Ladeira. Matemática Financeira . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira . 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011. CRESPINO, Antônio Arnot. Matemática comercial e financeira fácil . 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.			
Referências Complementares			
BODIE, Zvi.; MERTON, Robert. Finanças . 1ª ed. Porto Alegre : Bookman, 2002. BRANCO, Anísio Costa Castelo. Matemática financeira aplicada . São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira . 2ª ed. Porto Alegre : Bookman, 2001. SAMANEZ, Carlos P. Matemática Financeira-Aplicações à análise de investimentos . 4ª ed. S. P.: Pearson, 2006. TOSI, Armando José. Matemática Financeira com utilização da HP-12C . São Paulo: Atlas, 2006.			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objetivo Geral			
Conhecer as funções e abordagens de algumas teorias administrativas e sua evolução, bem como as técnicas administrativas de aplicação e adaptação da Administração para o desenvolvimento no trabalho e na vida.			
Objetivos Específicos			
• Compreender o conceito e importância da administração para a sociedade, para as empresas e para a vida pessoal; • Distinguir as principais teorias administrativas e suas contribuições; • Reconhecer a forma conceitual das estruturas organizacionais existentes nas empresas; • Descrever as funções do administrador e as funções existentes na empresa; • Diferenciar os tipos de habilidades do Administrador; • Estabelecer relação entre motivação, relações humanas e liderança no ambiente de trabalho; • Diferenciar centralização e descentralização; • Relacionar noções de qualidade e mudança organizacional na empresa.			
Ementa			
Principais teorias da administração de empresas. Funções e habilidades do administrador. Empresas e estruturas organizacionais. Fundamentos de gestão empresarial e de pessoas. Planejamento, organização, direção e controle. A ética e a responsabilidade social nas organizações contemporâneas. Organograma e fluxogramas. Departamentalização. As principais tendências da administração das organizações empresariais.			
Referências Básicas			
CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração . Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Fundamentos da Administração : manual compacto para cursos de formação tecnológica e sequenciais. São Paulo: Atlas, 2007. RICCIO, V. Administração Geral . Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. STADLER, Adriano. Fundamentos da Administração . Paraná: IFPR, 2011.			
Referências Complementares			
ARAUJO, Luís Cesar G. de. GARCIA, Adriana Amadeu. Teoria Geral da Administração : Orientação para Escolha de um Caminho Profissional. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010. MAXIMIANO, A. C. A. Administração para empreendedores : fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006; MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração . 3ª ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008. OLIVEIRA, Otávio J. Gestão Empresarial : Sistemas e Ferramentas. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. SANTOS, Rubens da Costa. Manual de Gestão Empresarial : conceitos e aplicações nas empresas brasileiras. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	FUNDAMENTOS DE ECONOMIA E MERCADOS	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objetivo Geral			
Assimilar os fundamentos teóricos, procedimentais e operacionais aplicados à economia visando ressaltar as correlações existentes entre as teorias e as práticas econômicas características das economias de mercado.			
Objetivos Específicos			

- Discutir os princípios fundamentais de funcionamento das economias de mercado.
- Discutir os fundamentos teóricos da economia: conceitos, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais.
- Apreender o fluxo circular da atividade econômica e as condições de equilíbrio macroeconômicas.
- Explicitar as principais estruturas de mercado contemporâneas.
- Assimilar os determinantes da curva de procura, curva de oferta, preço e equilíbrio de mercado.
- Assinalar os aspectos fundamentais de equilíbrio do balanço de pagamentos.
- Analisar os fundamentos básicos da microeconomia.
- Analisar os fundamentos básicos da macroeconomia.

Ementa

Fundamentos das economias de mercado: princípios e teorias econômicas, conceitos, objeto, objetivos e problemas econômicos fundamentais, fluxo circular das atividades econômicas. Noções de microeconomia: funcionamento dos mercados: curva de oferta, curva de demanda e equilíbrio de preços de mercado. Noções de estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio, concorrência monopolística. Noções de macroeconomia: política fiscal, política monetária, política cambial, política de rendas e política industrial. Noções de economia monetária: sistema financeiro nacional, mercado financeiro, Inflação. Noções de economia internacional: exportação, importação, balanço de pagamentos e instituições reguladoras. Noções de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. Noções de economia regional: setores econômicos em expansão em Rondônia e arranjos produtivos locais e regionais.

Referências Básicas

MANKIW, N.G. **Introdução à Economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
SILVA, César Roberto Leite de e SINCLAIR Luiz. **Economia e mercados: introdução à economia**. Disponível em: Minha Biblioteca, 20. ed. Editora Saraiva, 2017.
TIUSSI, Ton Denise. (et al). **Economia Regional**. Cuiabá – MT: rede –Tec Brasil/IFRO/2020.
AGUIAR, João Batista Teixeira de... [et al](Aut). **Introdução à Economia**. Porto Velho/RO: rede e-Tec Brasil/IFRO, 2017.

Referências Complementares

GIAMBIAGI, Fábio [et al].(Aut.). **Economia Brasileira Contemporânea**. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2021.
GREMAUD, Amaury Patrick [et al](Aut.). **Economia Brasileira Contemporânea**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
PINHO, Diva Benevides [et al](Orgs.). **Manual de Economia da USP**. 7 ed. São Paulo, Saraiva, 2017.
ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
CARVALHO, Fernando J. C. [et al](Aut). **Economia Monetária e Financeira: teoria e política**. 3 ed. R.J.: Atlas, 2012.
CARVALHO, Denise da Silva Mota. **Economia Circular**. 1 ed. São Paulo: Platos Soluções Educacionais, 2012.
MAY, Peter H. [et al](Org.). **Economia do Meio Ambiente: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.
MATESCO, Virene.. [et al](Orgs.). **Economia Aplicada: empresas e negócios**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
YUNUS, Muhammad. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina	PROJETO INTEGRADOR I	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	1º
Objetivo Geral			
Integrar e aplicar os conhecimentos das disciplinas cursadas para criar soluções inovadoras e éticas para desafios empresariais.			
Objetivos Específicos			
• Convergir os conceitos de Informática Aplicada, Contabilidade Geral e Matemática Financeira para desenvolver soluções práticas e eficientes para problemas empresariais. • Aplicar os conhecimentos de Redação Oficial e Comercial e Ética Profissional para elaborar documentos e			

estratégias empresariais que respeitem normas e boas práticas.

- Utilizar os fundamentos de Administração e Economia e Mercados para analisar e propor melhorias em processos e estratégias empresariais, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão acadêmica.

Ementa

Proporcionar espaço de convergência, integração e articulação dos conteúdos das disciplinas cursadas durante o semestre, incluindo Informática Aplicada, Redação Oficial e Comercial, Contabilidade Geral, Ética Profissional, Matemática Financeira, Fundamentos de Administração e Fundamentos de Economia e Mercados. Por meio da identificação e proposição de soluções para problemas empresariais, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão acadêmica. A disciplina desenvolverá habilidades de trabalho em equipe, pesquisa aplicada e análise crítica, preparando os estudantes para enfrentar desafios empresariais e criar soluções inovadoras e éticas.

Referências Básicas

BRANDÃO, Janaina Balk. **Seminário integrador I**. 1. ed. UFSM, NTE, Santa Maria, RS: 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18358/Curso_Lic-Educ-Camp_Semin%e3%a1rio-Integrador-I.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15/08/2024.

SILVA, Juliane Paprosqui Marchi da. **Seminário integrador II**. 1. ed. UFSM, NTE, Santa Maria, RS: 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19478/Lic_Ed-Campo_Sem-Integrador-II.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15/08/2024.

SILVA, Renato José da. **Projetos empresariais**. Editora e Distribuidora Educacional S.A.. Londrina/PR, 2017. Disponível em: https://cm-kls-content.s3.amazonaws.com/LIVROS_UNOPAR_AEDU/Projetos%20Empresariais.pdf. Acesso em 15/08/2024.

Referências Complementares

BEROLDT, Leonardo. **Seminário integrador**. PLAGEDER, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wNGOwqchurOC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

VERAS, Manoel. **Gestão dinâmica de projetos: LifeCycleCanvas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=e4eiDAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

KERZNER, Harold. **Gestão de Projetos: As Melhores Práticas**. Bookman Editora, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=piTKDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

HELÓMEN, Kim. **Gerência de projetos: fundamentos: um guia prático para quem busca certificação em gerência de projetos**. Tradução de Luciana do Amaral Teixeira. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=h2jAmX0FHb8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

MÓDULO II

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	ESTATÍSTICA APLICADA	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objeto Geral			
Conhecer os conceitos e aplicar as técnicas e ferramentas da estatística de forma a contribuir para a formação e atuação no mercado de trabalho como técnico em finanças, bem como para aplicação em outras atividades da vida profissional.			
Objetivos Específicos			

- Conceituar a estatística exemplificando possíveis aplicações;
- Apontar um conjunto de dados estatísticos identificando os tipos de variáveis;
- Reconhecer e utilizar as representações de dados relativos;
- Reconhecer a diferença entre a estatística descritiva e estatística inferencial;
- Distinguir e exemplificar as fases do método estatístico;
- Diferenciar os conceitos de amostra e população e suas implicações para a pesquisa;
- Apontar e exemplificar a distribuição de frequências;
- Determinar a média aritmética, a mediana e a moda de uma amostra;
- Reconhecer a variância e o desvio padrão da população e da amostra;
- Reconhecer e exemplificar os diferentes tipos de tabelas e gráficos;
- Identificar o conceito e as aplicações da correlação e reconhecer o seu significado;
- Prever valores a partir da equação de regressão;
- Identificar e aplicar as técnicas estatísticas em situações reais.

Ementa

Noções básicas e elementares da matemática. Introdução à estatística. Medidas de posição e de dispersão. Amplitude, desvio e variância. Regressão e correlação. Tabelas e gráficos. Análise de dados e indicadores. Probabilidade.

Referências Básicas

ALVES, Vilmar dos Santos. **Estatística aplicada**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2013.
FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de Estatística**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de Matemática Elementar**, Vol.1, 8ª ed. São Paulo: Atual, 2004.
MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Referências Complementares

BRAULE, Ricardo. **Estatística Aplicada com Excel**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
NOVAES, Diva V.; COUTINHO, Célia Queiroz S. **Estatística para a Educação Profissional**. São Paulo: Atlas, 2009.
RIBEIRO, J. **Matemática: ciência, linguagem e tecnologia**. Vol. 3. São Paulo: Scipione, 2011.
ROGAWSKI, Jon. **Cálculo**. Vol.1. Porto Alegre: Bookman, 2009.
SHITSUKA, R. et al. **Matemática Fundamental para tecnologia**. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2009.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	DIREITO DE EMPRESA	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objetivo Geral			
Compreender noções básicas de Direito relativas ao universo empresarial em seus aspectos societários, contratuais, consumeristas e tributários.			
Objetivos Específicos			
• Conceituar termos jurídicos que permitam esclarecer o universo empresarial; • Explicar a funcionalidade jurídica da empresa e dos modelos societários; • Identificar direitos consumeristas e práticas empresariais abusivas; • Diferenciar as principais espécies tributárias; • Aplicar normas de Direito ao planejamento tributário.			
Ementa			
A Empresa e o Direito. Empresário individual. Principais Figuras Societárias. Contratos Empresariais. Direitos do Consumidor e Práticas Empresariais Abusivas. Principais Espécies Tributárias e Elisão Fiscal.			
Referências Básicas			
MAMEDE, Gladston. Manual de Direito Empresarial . Disponível: Minha Biblioteca (16th edição.). Grupo GEN, 2022 ALMEIDA, Fabrício Bolzan D. Direito do Consumidor . (Coleção Esquematizado®). Disponível em: Minha Biblioteca (10th edição). Editora Saraiva, 2022.			

NOVAIS, Rafael. **Direito Tributário Facilitado**. Disponível em: Minha Biblioteca, (6th edição). Grupo GEN, 2022.
BRASIL. **Código de defesa do consumidor**. Lei 8.078 de 11/09/90.
BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002.
BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966.

Referências Complementares

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial**. Disponível: Minha Biblioteca, (10th edição). Editora Saraiva, 2022.
NUNES, Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor**. Disponível: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2022.
SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. Disponível: Minha Biblioteca, (14th edição). Editora Saraiva, 2022.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina	CONTABILIDADE DE CUSTOS	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º

Objetivo Geral

Calcular a partir dos principais métodos de apropriação de custos o preço de venda, a margem de contribuição e o ponto de equilíbrio para auxiliar o processo decisório organizacional.

Objetivos Específicos

- Conhecer os aspectos históricos da contabilidade de custos.
- Diferenciar as terminologias e expressões utilizadas pela contabilidade de custos.
- Classificar por meio das nomenclaturas utilizadas pela contabilidade de custos tipos de custos, bem como aplicá-las na gestão das empresas.
- Identificar os principais métodos de inventários de materiais, formação do preço de venda e ponto de equilíbrio.
- Calcular margem de contribuição unitária e ponderada a partir do custeio direto/variável.
- Calcular o preço de venda com base nos custos incorridos pelo custeio por absorção e identificação do Markup.
- Calcular o ponto de equilíbrio financeiro, contábil e econômico.

Ementa

Introdução à contabilidade de custos: natureza, importância, conceito, história, objetivos e princípios. Terminologia e expressões. Classificação e nomenclaturas de custos. Inventário de materiais. Métodos de custeio. Formação do preço de venda com base nos custos incorridos e identificação do Markup. Margem de contribuição unitária e de múltiplos produtos. Ponto de equilíbrio.

Referências Básicas

BORINELLI, Márcio, L. e PIMENTEL, Renê C. **Contabilidade para Gestores, Analistas e outros Profissionais**, 2ª ed.
Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.
BRUNI, Adriano, L. e Rubens Famá. **Série Finanças na Prática - Gestão de Custos e Formação de Preço**, 7ª ed.
Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019. (Disponível também na biblioteca física do Campus).
IUDÍCIBUS, S. D. **Contabilidade Gerencial - Da Teoria à Prática**. Disponível: Minha Biblioteca. 7ª ed. Grupo GEN, 2020.
RIBEIRO, O. M. **Contabilidade de Custos**. (Série fácil). Disponível em: Minha Biblioteca. 9ª ed. Editora Saraiva, 2015.
RIBEIRO, Osni M. **Noções de Custos - V. 5 - SÉRIE FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE**. Editora Saraiva, 2020.
Disponível: Minha Biblioteca. 1ª ed. érica, 2020.

Referências Bompementares

BORNIA, Antonio C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**, 3ª ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2010. (Disponível também na biblioteca física do Campus).

BRUNI, Adriano L. **Série Desvendando as Finanças - Administração Custos Preços Lucros**. 6ª ed. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.

FREZATTI, Fábio. [et al]. **Controle Gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2011.

OYADOMARI, José C. T. **Contabilidade Gerencial-Ferramentas para Melhoria de Desempenho Empresarial**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2018.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	ANÁLISE DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS	Carga Horária	40 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objetivo Geral			
Assimilar os conceitos e as categorias fundamentais, as vantagens e desvantagens das modalidades de investimentos financeiros, bem como, suas características relacionadas aos riscos, a rentabilidade, a liquidez, aos prazos, a diversificação, ao perfil dos investidores e aos objetivos.			
Objetivos Específicos			
- Assinalar os conceitos e as categorias das modalidades de investimentos financeiros. - Assimilar as vantagens e desvantagens das modalidades de investimentos financeiros. - Discutir as características relacionadas aos riscos, a rentabilidade e a liquidez dos investimentos financeiros. - Assimilar as dimensões relacionadas ao binômio risco e rentabilidade. - Analisar as características relacionadas aos prazos, objetivos e perfis dos investidores financeiros.			
Ementa			
Modalidades dos investimentos financeiros: renda fixa, renda variável, tipologias, vantagens e desvantagens. Dimensões dos investimentos financeiros: riscos, rentabilidade, liquidez, relação risco e rentabilidade. Diversificação dos investimentos financeiros. Perfis dos investidores financeiros. Objetivos dos investimentos financeiros.			
Referências Básicas			
CERBASI, Gustavo. Investimento Inteligentes: estratégias para multiplicar seu patrimônio com segurança e eficiência . Rio de Janeiro: Sextante, 2013. SOUZA, Antônio. Gerência Financeira para Micro e Pequenas Empresas: um manual simplificado . R. J.: Elsevier, 2007. PASCALICCHIO, Agostinho Celso. Gestão de Finanças: um guia prático . São Paulo: Editora Érica, 2013. PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à Administração Financeira . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. WEBB, Robert e BRAHMA, Sanjukta. Mercados Financeiros – Série Express . São Paulo: Saraiva, 2015. (Disponível em: Minha Biblioteca).			
Referências Complementares			
GITMAN, Lawrence J. Administração Financeira: uma abordagem gerencial . São Paulo: Pearson Educac 2003. HOJI, Masakazu. Administração Financeira: uma abordagem prática - matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro . 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. BREALEY, R. A. e MYERS, S. C., Princípios de Finanças Empresariais . 8ª ed., Portugal, McGraw-Hill, 2008. CLEMENTE, Ademir (Org.). Projetos Empresariais e Públicos . 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2008. ANDREZO, Andrea F. Mercado Financeiro: aspectos históricos e conceituais . São Paulo: Thomson			

Learning, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objetivo Geral			
Capacitar o aluno a compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para analisar e tomar decisão tendo como base as Demonstrações Contábeis.			
Objetivos Específicos			
• Identificar e compreender os componentes das demonstrações contábeis. • Conceituar Análise das Demonstrações Contábeis. • Compreender e elaborar os cálculos da Análise Vertical e Horizontal. • Compreender, identificar e elaborar os cálculos dos Índices de Liquidez, Endividamento, Lucratividade, Rentabilidade e Atividade. • Compreender e elaborar os cálculos dos Métodos de Previsão de Falência.			
Ementa			
Interpretação das demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal. Índices de liquidez. Índices de endividamento. Índices de lucratividade. Índices de atividade. Métodos de previsões de falências.			
Referências Básicas			
BORINELLI, Mário Luiz e PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais . 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010 MARION, J.C.. Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial . 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008 MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial . 6ª ed. S.P.: Atlas, 2008. LOPES DE SÁ, Antônio. Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos: com referências relativas à reforma das sociedades por ações - Lei 11.638/2007 . 2ª ed. Rev. Atual. Curitiba: Juruá, 2008. MATARAZZO, Carmine Dante. Análise financeira de balanços . 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. RIBEIRO, Osni M. Noções de análise de demonstrações contábeis . 1ª ed. São Paulo: Érica, 2020.			
Referências Complementares			
ATKINSON, Anthony A [et al](Auto). Contabilidade Gerencial . 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Revista Brasileira de Contabilidade . Brasília/DF. CRUZ June Alisson W. [et al]. Contabilidade Introdutória - Descomplicada - Com Atualização da Lei 11.638/2007 . 2ª ed. Rev. Atual. Curitiba: Juruá, 2009. FRANCO, Hilário. Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços . 15ª ed. São Paulo: Atlas, 1992. IUDICÍBUS, Sérgio. Análise de Balanços . 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2008. HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004. MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SILVA, José Pereira. Análise financeira das empresas . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. WERNKE, Rodney. Gestão financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais . Rio de Janeiro, Saraiva, 2008 FRANCO, Hilário. Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços . 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.			

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	EMPREENDEADORISMO E PLANEJAMENTO FINANCEIRO	Carga Horária	80 H

Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objetivo Geral			
Compreender a composição dos recursos financeiros empresariais, quanto às fontes, controles e uso, visando direcionar a correta tomada de decisões para sua aplicação.			
Objetivos Específicos			
• Entender o processo Empreendedor. • Compreender a importância do Plano de negócios para as empresas. • Conhecer os conceitos de criação de uma Start-Up. • Conhecer a gestão e as finanças das empresas. • Entender a importância da Educação Financeira. • Conhecer o processo de Planejamento Financeiro. • Entender os aspectos legais de uma empresa. • Interpretar os instrumentos de análise financeira visando a melhor rentabilidade da empresa.			
Ementa			
A perspectiva do Empreendedorismo. Da ideia à oportunidade. Tipos de empreendedor. Perfil do empreendedor. Da oportunidade ao Plano de Negócios. Inovação e Criação de valor. Startups: conceitos e definições. Melhoria contínua do modelo de negócios. O processo de Planejamento Financeiro. Educação Financeira. Aspectos Legais do empreendedorismo. Planejamento da Gestão Empresarial. Administração do Capital fixo e de giro. Administração, Planejamento e Elaboração do Fluxo de Caixa. Indicadores Financeiros.			
Referências Básicas			
AFFONSO, Ligia Maria F.; RUWER, Léia Maria E.; GIACOMELLI, Giancarlo. Empreendedorismo. SAGAH, 2018. Grupo A, 2019. BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre, Bookman: Grupo A, 2019. HISRIC, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPERD, Dean A. Empreendedorismo. Porto Alegre : AMGH, 2014. TEIXEIRA, Tarcisio, e LOPES, Alan Moreira. Startups e Inovação: direito no empreendedorismo 2ª ed.. Disponível em: Minha Biblioteca. 2ª ed. Editora Manole, 2020. SOUSA, Almir Ferreira de. Planejamento financeiro pessoal e gestão do patrimônio. Barueri-SP: Editora Manole, 2018. VALENTE, Paulo G. Conquistando o seu futuro financeiro: planejamento em tempos de reflexões. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2022. SILVA, Edson Cordeiro da. Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas: Guia de Sobrevivência Empresarial. Barueri-SP: Grupo GEN, 2022.			
Referências Complementares			
MAURIA, Ash. Comece sua inicialização enxuta. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. SERAFIM, Luiz. O poder da inovação: como alavancar a inovação na sua empresa. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. VALENTINA, José D.; CORRÊA, Rinaldi da S. Guia para Abertura de Empresas-Aspectos, Tributários e Contábeis. São Paulo, Atlas, 2019. VILENKY, R. Startup - Transforme problemas em oportunidade de negócios. Disponível: Minha Biblioteca, Saraiva, 2021. TAJRA, Sanmya, e RIBEIRO, Joana. Inovação na Prática. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Alta Books, 2020. MARION, Arnaldo. Coaching Financeiro. São Paulo: Grupo GEN, 2018. SÁ, Carlos A. Fluxo de Caixa: A Visão da Tesouraria e da Controladoria. São Paulo, Atlas: Grupo GEN, 2017.			

PLANO DE DISCIPLINA			
CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO			
Disciplina	TÓPICOS DE ECONOMIA MONETÁRIA E MERCADO DE CAPITAIS	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objetivo Geral			

Assimilar os aspectos básicos teóricos, procedimentais, operacionais, normativos e estruturais da economia monetária, assim como assinalar as categorias institucionais elementares características dos mercados de capitais.

Objetivos Específicos

- Assimilar os aspectos conceituais, as tipologias, as funções, as utilidades e os controles característicos da moeda.
- Assinalar os aspectos operacionais, institucionais, normativos e estruturais do sistema financeiro nacional.
- Apreender o papel da autoridade monetária nacional e os instrumentos de controle da base monetária nacional.
- Discutir a relação existente entre a base monetária e a taxa básica de juros da economia.
- Conhecer os elementos procedimentais, operacionais e estruturais dos mercados de capitais.
- Analisar as especificidades das empresas que podem operar nos mercados de capitais nacionais.
- Conhecer os elementos característicos e as tipologias dos ativos mobiliários nacionais.
- Analisar as principais tipologias, as causas e as consequências dos processos inflacionários.
- Conhecer as características dos indicadores nacionais de inflação, bem como as instituições que os calculam.

Ementa

Conceitos, tipologias, funções, utilidades e instrumentos de controle da moeda e da base monetária nacional. Sistema financeiro nacional. Autoridade monetária nacional. Relação entre base monetária nacional e taxa de juros da economia. Instrumentos modernos de controle da base monetária nacional. Mercado de capitais e suas principais instituições normativas, operacionais e institucionais. Tipologias dos ativos mobiliários nacionais. Conceitos, causas e consequências dos processos inflacionários. Indicadores da inflação no Brasil e as instituições que os calculam.

Referências Básicas

CARVALHO, Fernando J. Cardin de [et al](Orgs.). **Economia Monetária e Financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Campus /Elsevier, 2015. (Disponível em: Minha Biblioteca).

WEBB, Robert e BRAHMA, Sanjukta. **Mercados Financeiros – Série Express**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Disponível em: Minha Biblioteca).

TIUSSI, Denise Ton Tiussi. SOUZA, Higor Cordeiro. RAIMUNDO, Carlo Filipe E. (Aut). **Tópicos de Economia Monetária**. Porto Velho/RO: rede e-Tec Brasil/IFRO, 2020.

AGUIAR, João Batista Teixeira de [et al](Aut). **Mercado de Capitais**. Porto Velho/RO: rede e-Tec Brasil/IFRO, 2017.

Referências Complementares

LUND, M.L.M.P.; SOUZA, C.P. de. & CARVALHO, L.C.S. de. **Mercado de Capitais – Série CADEMP**. RJ: FGV, 2012.

ALMEIDA, José Roberto Novais de. **Economia Monetária: uma abordagem brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, Juliano. **Mercado de Capitais**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Disponível em: Minha Biblioteca).

CAVALCANTE, Francisco [et al](Auto). **Mercado de Capitais: o que é, como funciona**. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2009.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA CURSO TÉCNICO EM FINANÇAS SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO

Disciplina	PROJETO INTEGRADOR II	Carga Horária	80 H
Núcleo	Profissionalizante	Semestre	2º
Objetivo Geral			
Integrar e aplicar os conhecimentos das disciplinas cursadas para desenvolver soluções práticas e inovadoras para problemas empresariais.			
Objetivos Específicos			

- Analisar e integrar conceitos de Estatística Aplicada, Contabilidade de Custos e Finanças para avaliar e propor melhorias em processos empresariais.
- Aplicar conhecimentos de Direito de Empresa e Empreendedorismo para desenvolver estratégias jurídicas e de planejamento financeiro eficazes.
- Promover o trabalho em equipe e a pesquisa aplicada para resolver problemas reais e apresentar soluções éticas e inovadoras no contexto empresarial.

Ementa

Proporcionar espaço de convergência, integração e articulação dos conteúdos das disciplinas cursadas durante o semestre, incluindo Estatística Aplicada, Direito de Empresa, Contabilidade de Custos, Análise de Investimentos Financeiros, Análise de Demonstrações Financeiras, Empreendedorismo e Planejamento Financeiro, e Tópicos de Economia Monetária e Mercado de Capitais. Por meio da identificação e proposição de soluções para problemas empresariais, promovendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão acadêmica. A disciplina desenvolverá habilidades de trabalho em equipe, pesquisa aplicada e análise crítica, preparando os estudantes para enfrentar desafios empresariais e criar soluções inovadoras e éticas.

Referências Básicas

SILVA, Juliane Paprosqui Marchi da. **Seminário integrador II**. 1. ed. UFSM, NTE, Santa Maria, RS: 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19478/Lic_Ed-Campo_Sem-Integrador-II.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15/08/2024.

BRANDÃO, Janaina Balk. **Seminário integrador I**. 1. ed. UFSM, NTE, Santa Maria, RS: 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18358/Curso_Lic-Educ-Camp_Semin%C3%A1rio-Integrador-I.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 15/08/2024.

SILVA, Renato José da. **Projetos empresariais**. Editora e Distribuidora Educacional S.A.. Londrina/PR, 2017. Disponível em: https://cm-kls-content.s3.amazonaws.com/LIVROS_UNOPAR_AEDU/Projetos%20Empresariais.pdf. Acesso em 15/08/2024.

Referências Complementares

BEROLDT, Leonardo. **Seminário integrador**. PLAGEDER, 2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=wNGQwqchurQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

VERAS, Manoel. **Gestão dinâmica de projetos: LifeCycleCanvas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=e4eiDAAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

KERZNER, Harold. **Gestão de Projetos: As Melhores Práticas**. Bookman Editora, 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=piTKDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.

HELÓMEN, Kim. **Gerência de projetos: fundamentos: um guia prático para quem busca certificação em gerência de projetos**. Tradução de Luciana do Amaral Teixeira. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=h2jAmX0FHb8C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 15/08/2024.